

REVISTA

INOVAÇÃO

FAPEMA

ISSN 1980137-8



Ano 9 · Nº 33 · 2017

PRÊMIO FAPEMA 2017

MARANHENSES ENGAJADOS PELA
REDEMOCRATIZAÇÃO

A RADIODIFUSÃO FAZ VALER A VOZ
DAS COMUNIDADES

A TELEVISÃO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO
PÚBLICA NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

MERCADORAS RABIDANTES DE
CABO VERDE

EM NOME DE NEIVA MOREIRA



EDITAL **MEIVA**
MOREIRA

Livros

O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), apresentam o Edital nº 043/2017. Os recursos financeiros deste edital destinam-se ao apoio à comunidade acadêmica a partir da publicação de livros contribuindo para a ampliação da produção científica e fortalecendo a pesquisa e a pós-graduação do estado do Maranhão.

Acesse o site
www.fapema.br

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Editorial

Chegamos a mais uma realização do Prêmio Fapema, este ano com a homenagem ao ativista internacional, político e jornalista maranhense José Guimarães Neiva Moreira, em seu aniversário de 100 anos de nascimento. A trajetória de Neiva Moreira deve ser lembrada em um momento em que as garantias de direitos civis e trabalhistas têm sido duramente ameaçados por forças reacionárias de movimentos sociais e políticos. Ao mesmo tempo em que o homenageamos, recebemos dele exemplo e energia para lutarmos pela instituição da democracia e pela garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos brasileiros.

Nesta edição da Revista Inovação damos destaques a pesquisas que abordam eixos que representam as lutas sociais de Neiva Moreira: o exercício da carreira política em prol da

criação de políticas públicas, a democratização do acesso à informação e a colaboração com países da África. A matéria de capa (página 10) apresenta um histórico sobre a vida e obra de Neiva, além de um texto sobre a 13ª edição do Prêmio Fapema. Entrevistamos a professora e jornalista, Beatriz Bissio, que juntamente a Neiva Moreira e aos jornalistas argentinos Pablo Piacentini e Julia Constenla criaram a revista Cadernos do Terceiro Mundo, publicação que difundiu movimentos de resistência e libertação nacional na América Latina, Ásia e África, por mais de 30 anos de exercício de jornalismo (página 20).

A partir da página (26) começam as reportagens que divulgam pesquisas desenvolvidas por professores de nossas Instituições de Ensino Superior (IES). Temos dois títulos que discutem

ativismo político: Maranhenses engajados pela redemocratização e Lutas quilombolas por direitos territoriais (página 28). Na área de comunicação pública divulgamos importantes pesquisas sobre rádio e televisão: A radiodifusão faz valer a voz das comunidades (página 32). Apresentamos uma reportagem sobre a TV UFMA e sua parceria com Fapema (página 36). E fechamos o tema com o estudo A televisão e o papel da comunicação pública na sociedade democrática (página 42). Dois dos nossos pesquisadores consultados para esta edição têm seus objetos de estudo no continente africano e relatamos seus projetos nas reportagens: Mercadoras rabidantes de Cabo Verde (página 48) e Um prato fundo pra toda fome que há no mundo (página 52).

Maristela Sena | Editora

Expediente

Governador do Estado do Maranhão
Flávio Dino

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Davi Telles

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA

Diretor-Presidente
Alex Oliveira de Souza

Diretora Administrativa-Financeira
Mariza dos Santos Mendes

Diretora-Científica
Silvane Magali Vale Nascimento

Coordenadora do Núcleo de Difusão Científica - NDC e Editora responsável
Maristela Sena

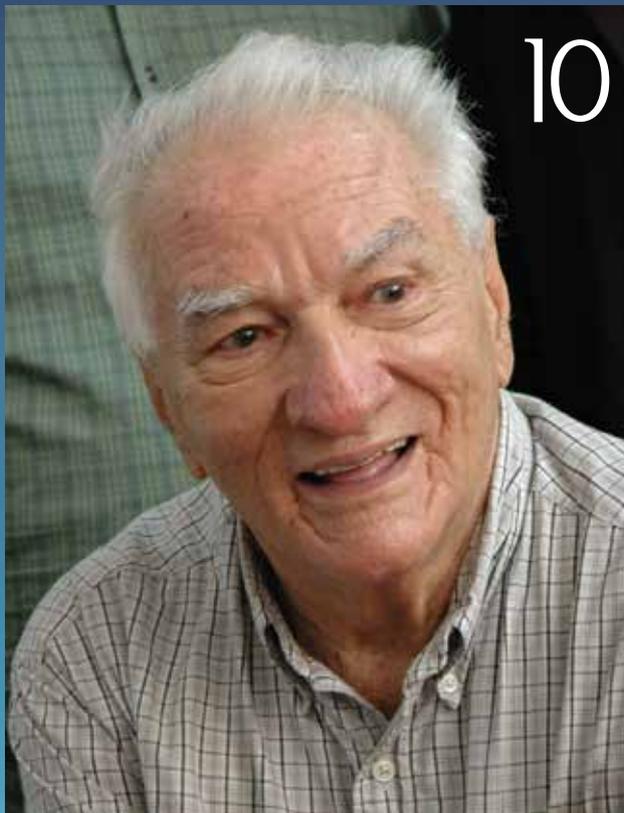
Redação
Elizete Silva, Israel De Napoli, Leandro Alves e Maristela Sena

Design Gráfico
Motta Junior

Fotos
Arquivo FAPEMA, Israel De Napoli, arquivo de O IMPARCIAL e arquivo de Cadernos do Terceiro Mundo

Fale Conosco
ndc@fapema.br
Tel.: (98) 2109-1433

Endereço
Rua Perdizes, nº 05, Qd 37
Jardim Renascença
São Luís - Maranhão
CEP: 65075-340
Tel: (98) 2109-1400
Fax: (98) 2109-1411



10

Em nome de Neiva Moreira



20

Entrevista

O manifesto da coragem

Beatriz Bissio

Maranhenses engajados pela redemocratização

26



28

Lutas quilombolas por direitos territoriais

A radiodifusão faz valer a voz das comunidades

32



36



TV UFMA comemora dois anos e celebra parceria com a Fapema

42



A televisão e o papel da comunicação pública na sociedade democrática

52



Um prato fundo pra toda fome que há no mundo

48



Mercadoras rabidantes de Cabo Verde



ENERGIA, VIDA & CRIATIVIDADE

NOVOS OLHARES PARA A
CIÊNCIA NO MARANHÃO

MAIS CIÊNCIA

MAIS QUALIFICAÇÃO

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

MAIS INOVAÇÃO

PLANO DE TRABALHO 2017

FAPENÁ

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

FOTO SÍNTESE

Fotografias concedidas do acervo do jornal O IMPARCIAL

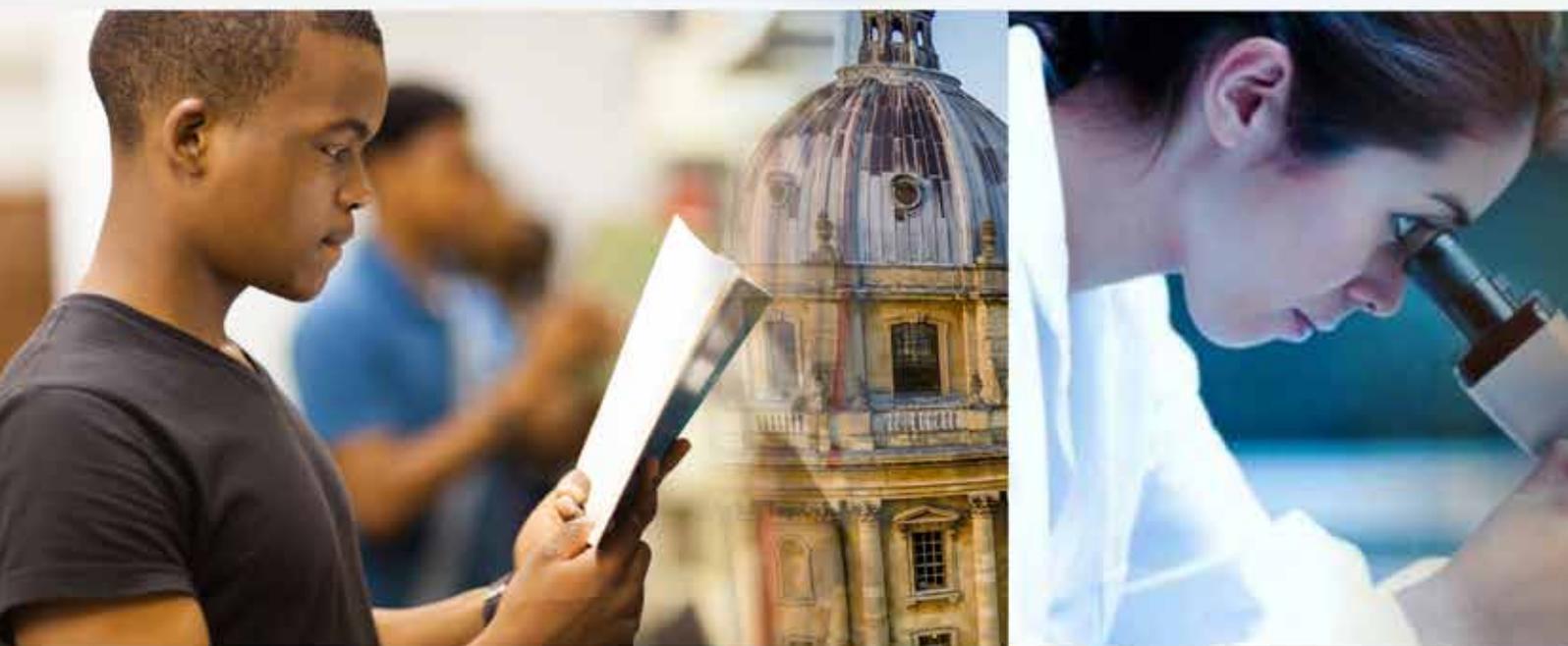
Neiva Moreira viveu em muitos momentos a carreira política e a literária, como escritor e jornalista. Seleccionamos dois registros que representam essas atividades que fizeram parte substancialmente de sua trajetória como um homem dedicado à defesa do bem comum.



Neiva Moreira com o escritor José Louzeiro autografando o livro Pilão da Madrugada



Ao lado do ex-governador do Maranhão, Jackson Lago, recebendo a imprensa em São Luís.



Os Editais Cooperação Internacional, Estágio Nacional e Estágio Internacional fazem parte do **PROGRAMA CIDADÃO DO MUNDO** que apoia a mobilidade acadêmica internacional e nacional com foco nas parcerias multilaterais, intercâmbio de projetos, estágios e iniciação científica, entre pesquisadores residentes e vinculados a instituições de ensino públicas no Maranhão com grupos de instituições de pesquisa localizados no Brasil e no exterior, e que visem à obtenção de resultados científicos relevantes.

EDITAL
**ESTÁGIO
NACIONAL**

EDITAL
**ESTÁGIO
INTERNACIONAL**

EDITAL
**COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**



FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



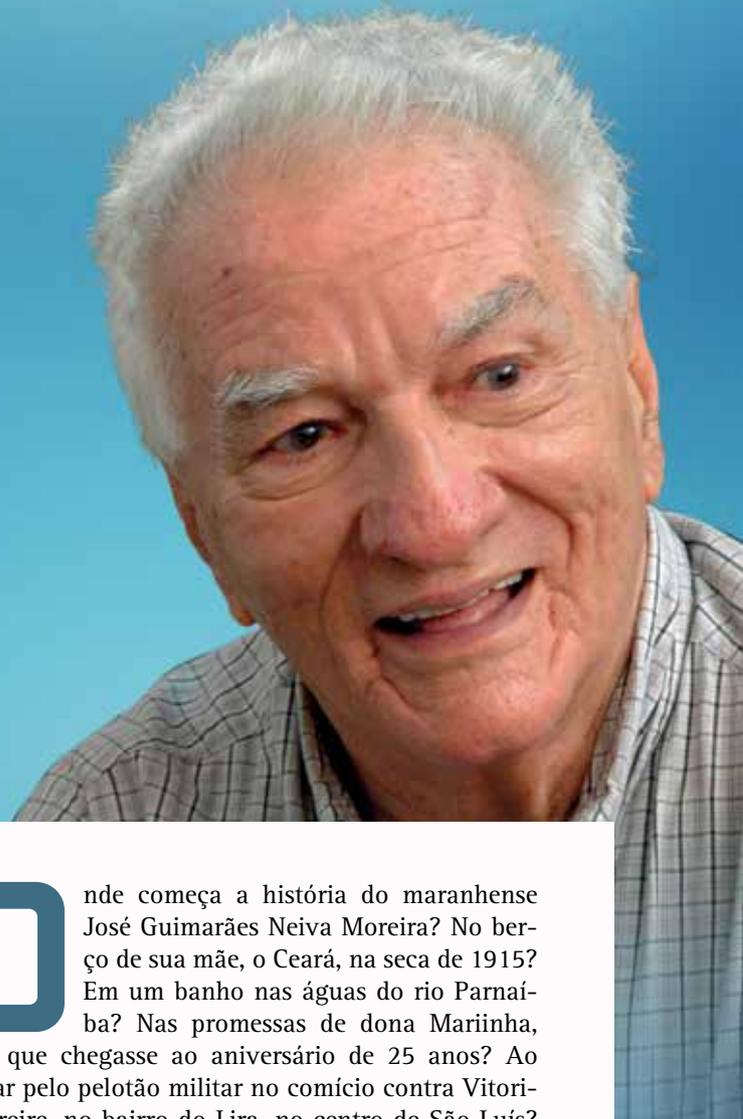
Acesse o site www.fapema.br

EM NOME DE NEIVA MOREIRA

Maristela Sena

Fotos: arquivo Cadernos do Terceiro Mundo

PRÊMIO
FAPEMA
2017



Onde começa a história do maranhense José Guimarães Neiva Moreira? No berço de sua mãe, o Ceará, na seca de 1915? Em um banho nas águas do rio Parnaíba? Nas promessas de dona Mariinha, para que chegasse ao aniversário de 25 anos? Ao passar pelo pelotão militar no comício contra Vitorino Freire, no bairro do Lira, no centro de São Luís? Como repórter da revista 'O Cruzeiro' e líder da greve de 51, movimento que se opunha à posse de Eugênio Barros, eleito governador pelos vitorinistas? Talvez na transferência da Câmara Federal do Rio de Janeiro para Brasília? Quem sabe, na reunião dos Países não Alinhados em Argel, em 1973? Ou no exílio, na Cidade do México?

O mais importante nessas e em muitas outras paragens é que a vida do ativista internacional, político e jornalista Neiva Moreira alcança o tempo de hoje, no ano em que se comemora 100 anos do seu nascimento, como um exemplo que significa vigor e esperança para dias que necessitam com urgência de comprometimento com a democracia tão ameaçada em nossa sociedade.

Um motivo mais que justo para que nomeie o Prêmio Fapema 2017, o que a Fundação e todos os



Deputados federais das Oposições Coligadas (Partido Social Progressista) - Neiva Moreira entre Clodomir Millet e Henrique La Rocque



seus pares recebem como um honroso presente. Neiva Moreira figura como um dos homens mais aguerridos na luta pelos direitos políticos das populações mais pobres em diferentes lugares no mundo e como um defensor da liberdade de expressão e acesso à comunicação. Segundo o economista e professor Raimundo Palhano, Neiva Moreira “foi o mais internacionalista dos líderes políticos locais, sem nenhum que o ombreie desde então no seu papel de semeador da libertação dos povos e da edificação da democracia popular”.

No Maranhão, atuou em várias frentes na vida pública, do início dos anos 50 até meados dos anos 60 pelas Oposições Coligadas, que nas palavras de Neiva, “lutava essencialmente pela democratização do voto, reivindicada em todo o país, e por um governo que desse alguns passos à frente na criação e distribuição da renda e na justiça social”. Teve uma longa carreira parlamentar atuando como deputado federal nos anos de 1954 a 1958, de 1958 a 1962 e de 1962 a 1966. Atuou em diversas comissões e é reconhecido como um dos mais combativos e admirados parlamentares brasileiros. Seria o candidato a governador do Maranhão nas eleições de 1965, mas teve seu mandato de deputado federal cassado pelo governo militar em 9 de abril de 1964, por meio do Ato Institucional nº 1.

Neiva Moreira viveu 15 anos no exílio. Chegou a Bolívia e de lá foi expulso também por implicações causadas por um golpe de Estado, em 4 de novembro de 1964, quando a junta militar depôs o presidente Paz Estenssoro. O próximo destino seria o Uruguai, de onde, na companhia de Leonel Brizola, reuniram esforços para organizar resistência à ditadura instaurada no Brasil. No Uruguai, na direção do jornal “Ahora”, conheceu Beatriz Bissio, que entrou para estagiária na redação, e depois se tornaria sua mulher e cofundadora da revista Cadernos do Terceiro Mundo. Bissio lembra o primeiro encontro com Brizola em Montevidéu. “Neiva disse que iríamos almoçar com uma pessoa muito importante. E fomos a um local muito simples, em um restaurante de cami-

nhoneiros. Um local completamente fora do meu universo de experiências”.

Longe de casa, Neiva Moreira buscou ocupar em sua trajetória de homem público, lugares e causas para representar e defender em prol de países da América Latina e da África. A fundação da revista Cadernos do Terceiro Mundo foi fundamental para congregar vozes companheiras. Com a promulgação da Lei da Anistia, Neiva retorna ao Brasil em outubro de 1979, diretamente para São Luís, ocasião em que foi recebido pela população em comício na praça Deodoro. Exerceu mais quatro mandatos pelo Maranhão com a legenda do PDT. Preside a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Ainda teve tempo de estar ao lado de Jackson Lago, como assessor especial do governo, nos dois anos em que este exerceu o mandato de governador do estado de 2006 a 2008. Faleceu em São Luís em 10 de maio de 2012.

Cadernos do Terceiro Mundo

“A revista Cadernos do Terceiro Mundo nasceu em setembro de 1974, em Buenos Aires, mas foi publicada no México (1976), em Portugal e em países da África (1978) e, por último, no Brasil (1980). Ao voltar de uma viagem a Argel, em 1973, para participar da IV Conferência de Cúpula do Movimento de Países Não Alinhados, realizada em Argel, Neiva Moreira e Beatriz Bissio juntaram-se aos jornalistas argentinos Pablo Piacentini e Julia Constenla para começar a editar a revista. A publicação propagou notícias internacionais escritas por um time invejável de escritores, jornalistas, analistas e cientistas políticos, colaboradores exilados, que estavam em diferentes continentes.

Cerca de oito mil pessoas de mais de 100 países participaram da Conferência de Argel. No livro “O pilão da madrugada – um depoimento a José Louzeiro”, Neiva conta que o evento foi “essencial e determinante para o conhecimento das realidades internacionais. Conhecer gente e me intei-

rar, por dentro, da situação da luta pela independência política ou econômica em muitas partes do mundo. Constatamos que, se estava forjando, no cenário internacional, um novo polo de luta”. E uma das bandeiras era justamente a democratização do acesso à informação.

No artigo “Bandung, não alinhados e mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul” para a revista Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais (v.4, n.8, Jul./Dez. 2015 | p.21-42), a professora e jornalista Beatriz Bissio descreve a importância e o alcance da publicação. “O ineditismo de sua proposta editorial e a abrangência de sua cobertura fez com que ela se tornasse referência obrigatória, por décadas, para estudos políticos, históricos e de relações internacionais nos meios acadêmicos do Terceiro Mundo e nos movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais humanitárias, grupos de direitos humanos, ecologistas e foros internacionais de diversa índole. Seus jornalistas entre-

vistaram lideranças do porte de Nelson Mandela, Fidel Castro, Rigoberta Menchú, Omar Torrijos, Velasco Alvarado, Yasser Arafat, Muammar Khadafi, Saddam Hussein, Samora Machel, Agostinho Neto, Julius Nyerere, Sean MacBride, entre outros. Por ter circulado em espanhol, português e inglês na América Latina, África, Oriente Médio e parte da Ásia, ela desempenhou um papel sui generis de promotora do diálogo Sul-Sul”.

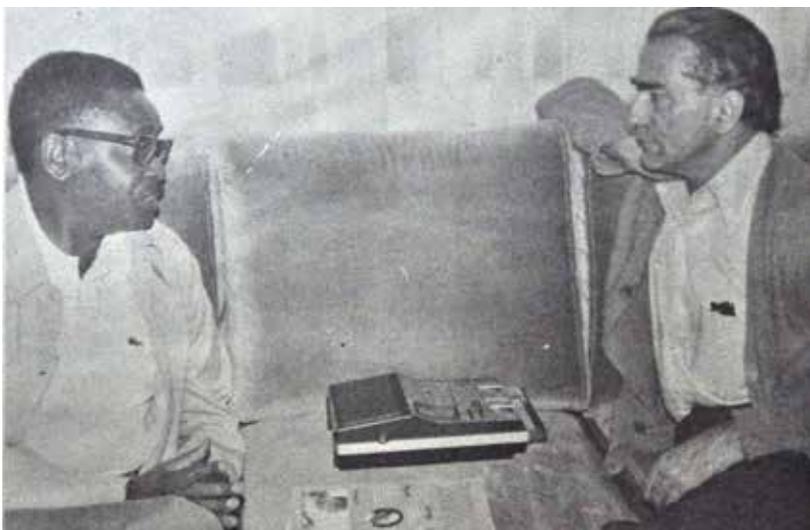
A revista trazia em suas edições “temas inéditos ou pouco conhecidos pelo bloqueio da mídia “mainstream”, pelos grandes meios comerciais. E assim Cadernos do Terceiro Mundo se tornou uma referência de um jornalismo sediado na América Latina, feito por jornalistas do Terceiro Mundo – hoje Sul Global – trazendo a realidade das lutas, dos anseios, das reivindicações, dos sonhos, daqueles que não tinham voz na grande mídia”, conta Bissio.

A revista deixou de circular em 2006 por problemas financeiros. O acervo está sendo

digitalizado e todas as edições serão colocadas à disposição do público. Algumas já podem ser consultadas no site da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dentro do acervo do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM/UFRRJ). O projeto conta com a participação de três universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), UFRJ, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.(NEHPAL). E tem apoio do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Antes de Cadernos do Terceiro Mundo

No Piauí, em Floriano, ainda estudante, iniciou o jornalismo, com o primeiro jornal, que recebeu o nome ‘A Luz’. Em Teresina, fundou e dirigiu, com Carlos Castelo Branco, o jornal A Mocidade. Ao chegar a São Luís, trabalhou no jornal ‘O Globo-Pacotilha’. No início de 1942, Neiva Moreira viajou para o Rio de Janeiro, trabalhando como



Neiva Moreira entrevista o presidente de Angola, Agostinho Neto



Chanceler moçambicano Joaquim Chissano em encontro com Neiva Moreira e o ministro Jacinto Veloso



repórter freelancer, no Diário de Notícias, Diário da Noite, O Jornal e da revista O Cruzeiro, de circulação semanal no país, onde atuou como repórter político, destacado para diversas missões no Brasil e no exterior. Também no Rio foi colaborador das publicações A Vanguarda, O Semanário, e fundou O Panfleto. Retorna a São Luís, em abril de 1950, e começa a editar o Jornal do Povo, do qual se tornou proprietário em outubro de 1952. As páginas do Jornal do Povo se tornariam a principal porta-voz das oposições maranhenses. Neiva Moreira como diretor e principal redator acabou se transformando em uma importante liderança política de São Luís.

O jornalista e contemporâneo de Neiva Moreira no exílio pós-64, Paulo Cannabrova Filho, fala do legado de Neiva, jornalismo e política exercidos com paixão e ética. “Um

jornalismo que é referência entre intelectuais e pesquisadores de várias partes do mundo. Neiva era o tipo de jornalista que todo foca gostaria de ser. Como repórter ele se tornara famoso por ter entrevistado Nasser após a guerra de Suez e por ter seu jornal destruído por campanhas de Vitorino Freire”, lembra. Na opinião do jornalista Mauro Santayana, “a vida de Neiva Moreira foi a de excepcional jornalista engajado. Neiva se preservou até o fim, fiel aos ideais de juventude, nas lutas políticas e no jornalismo. Neiva Moreira sempre teve um lado”.

Para homenagear os 80 anos de Neiva Moreira, em 10 de outubro de 1997, o jornalista e escritor Benedito Buzar, organizou o livro ‘O jornalista do povo’, com uma compilação de 100 artigos escritos por Neiva nas edições do Jornal do Povo. “Toda aquela produção jornalística de Neiva Moreira, selecio-

nada por mim durante meses, serviu para avaliar não apenas o talento e o brilho de um intelectual, mas, também, a rica personalidade um ser humano que fez da política e da imprensa instrumentos de luta em favor de sua terra e de sua gente”, escreveu em artigo no Blog do Buzar.

Buzar observou que, o jornalista Neiva Moreira “teve a oportunidade de mostrar aos seus leitores três singularidades: a arte de bem escrever e de se comunicar com facilidade com o público; o que pensava sobre a situação de calamidade do Maranhão e o que precisava ser feito politicamente para o povo expurgar do Palácio dos Leões o grupo que dominava o Estado por meio de processos violentos e fraudulentos; e a visão futurista acerca dos problemas maranhenses e como deveriam ser tratados pelos governantes para superá-los”.



NÃO PERDER A PERSPECTIVA HISTÓRICA

*(Declaração do então deputado Neiva Moreira ao seguir para o exílio na Bolívia)**

"Parto com o sentimento de quem se desgarrar, mesmo provisoriamente, daquilo que é a sua razão de ser: a pátria, a família, os amigos, o seu campo de luta por uma sociedade mais justa. Mas sigo convencido de que a tradição democrática e a inconformação dos brasileiros com a supressão das liberdades tornam efêmero e condenado ao perecimento qualquer regime imposto pela força e sustentado pelo terror policial".



Deixo o nosso país, depois de longo período de prisão e de responder, em diferentes inquéritos, a algumas centenas de perguntas orais e escritas, que iam das especulações filosóficas e os temas da “guerra revolucionária”, até os mais corriqueiros assuntos do cotidiano. Recusei a ideia de asilo inicial, pela esperança de que o diálogo com os inquisidores pudesse servir, de certo modo, ao esclarecimento dos fatos. Não estou certo de que tal tenha ocorrido, contudo. Os inquéritos partem do pressuposto de que havia uma “revolução comuno-janguista”, prestes a explodir e tudo aquilo que conteste ou invalide essa balela não merece maior consideração. Por outro lado, o mais difícil é chegar ao fim: quando um IPM declara o preso “liberado” – termo muito em voga nas prisões –, não significa que outros não o mandem prender no dia seguinte, recomeçando tudo de novo.

Para se ter uma ideia do dispositivo de pressão, basta assinalar que frequentei nada menos de oito quartéis e estabelecimentos militares: Polícia do Exército e Batalhão de Guardas Presidencial, de Brasília; Regimento Sampaio, QG da Artilharia da Costa (Forte de Copacabana), GW (Fortaleza de São João), Forte Lage, 8º Grupo de Artilharia da Costa Motorizada (Leblon) e Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. O tratamento oscilava entre a correção e o respeito de uns e

até os resquírios medievais de outros, tais como as algemas do 8º GACM e o isolamento anti-humano na pedra da Laje, que só a generosidade de seus comandantes consegue tornar menos cruel.

Assinalo que nos três principais inquéritos a que respondi – na aeronáutica, presidido pelo brigadeiro Sampaio, em Brasília, pelo Coronel Darci Lázaro, e, no Rio, pelo general Hugo Silva, ambos no exército –, fui tratado com dignidade e respeito, mas a esses oficiais não competia, nas circunstâncias, modificar o regime carcerário que me foi recomendado, geralmente determinado por fontes misteriosas, que dificilmente se identificam. Este, aliás, é um dos aspectos característicos da época: há uma multiplicidade de autoridades que podem prender e até de “bandos cívicos” que se armam para o cerco às vítimas, mas os que têm condição para ouvir e soltar, além de reduzidos em número, são quase invisíveis e de difícil acesso. Encontrei pessoas detidas há cerca de três meses, algumas sem prisão preventiva e nem sequer sendo ouvidas em qualquer missão, num extensivo desrespeito às ordens da Comissão Geral de Investigações.

Parto com o sentimento de quem se desgarrar, mesmo provisoriamente, daquilo que é a sua razão de ser: a pátria, a família, os amigos, o seu campo de luta por uma sociedade mais justa.

Mas sigo convencido de que a tradição democrática e a inconformação dos brasileiros com a supressão das liberdades tornam efêmero e condenado ao perecimento qualquer regime imposto pela força e sustentado pelo terror policial. Creio que mesmo os mais apaixonados e sectários comecem a constatar o fracasso das soluções caribianas, de sotaque ianque, que, no campo econômico, o imperialismo tenta impor ao nosso país. A nação, premida pelo retrocesso cultural, o colapso do desenvolvimento e asfixiada pelo espantoso aumento do custo de vida, saberá encontrar meios para sair da crise e impedir a estagnação.

Sei que expresso o pensamento dos que estão presos, dos exilados, perseguidos, dos que tiveram os seus lares desfeitos ou vivem nas catacumbas da ilegalidade, acentuando que nossa primeira condição de luta é a inquebrantável unidade do povo e das suas lideranças representativas, na qual não devem caber os ressentimentos, os personalismos e muito menos os julgamentos apressados. Só essa unidade forjará o amanhã, pelo qual todos ansiamos.

É essencial, mesmo na bruma da confusão dirigida, não perder a perspectiva histórica. O que está para vir é bem mais importante do que o que ficou para trás. Os fatos estão demonstrando que as nossas teses eram as

certas e só um governo popular, com um programa nacionalista, assegurará o desenvolvimento independente do nosso país e as liberdades fundamentais do seu povo.

Por fim, quero deixar uma palavra aos meus conterrâneos do Maranhão, que tive a honra de representar durante 14 anos na Assembleia Estadual e na

Câmara dos Deputados. Como-
vem-me e servem-me de estímulo
as manifestações de solidariedade
que recebo de todo o estado, até
mesmo de adversários de tantos
anos. Espero que a nossa separa-
ção seja breve e que, em pouco,
estejamos de novo unidos na luta
pelo progresso de nossa terra.

Se os maranhenses ne-
cessitassem de elementos para

julgar as realidades atuais bastaria um fato: enquanto seguimos para o exílio e o nosso velho e glorioso BC se povoava de patriotas e lutadores democratas, os contrabandistas, os corruptos, os velhos e sobras da politicalha viraram campeões da moralidade e são, hoje, vozes ouvidas nos altos escalões do movimento armado vitorioso.

Neiva Moreira

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1964.

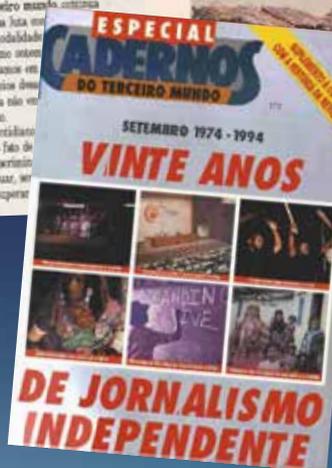
*Fonte: O pilão da Madrugada – Neiva Moreira – Um depoimento a José Louzeiro (Editora Terceiro Mundo)



BIBLIOGRAFIA

Alguns dos títulos publicados por Neiva Moreira:

- Fronteiras do Mundo Livre. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1949.
- Ação naval no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Editora Naval, 1951.
- O Exército e a Crise Brasileira. Montevidéu: 1968.
- O Nasserismo e a Revolução do Terceiro Mundo. Montevidéu: Editora Banda Oriental, 1973.
- Modelo peruano. Buenos Aires: La Linea, 1973 (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975).
- Os cubanos na África. São Paulo: Editora Global, 1979.
- Cuba: a nova etapa da revolução. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1985.
- Brasília, hora zero. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1988.
- O Pilão da Madrugada – um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1989.



PRÊMIO FAPEMA 2017

NEIVA MOREIRA

Elizete Silva
Fotos: arquivo Fapema

O Prêmio Fapema 2017, que este ano homenageia Neiva Moreira, premia as categorias Pesquisador Júnior, Jovem Cientista, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado, Pesquisador Sênior, Periódico Científico, Jornalismo Científico, Inovação Tecnológica, Desenvolvimento Humano, Popvídeo Ciências e Prêmio Homenagem Especial Fapema com valores que variam de R\$ 1.250,00 a R\$ 10 mil.

O Governo do Estado visa incentivar a produção científica e tecnológica no Maranhão, por meio do reconhecimento de ações de estudantes, pesquisadores e inventores que tiveram atuação de destaque no estado. Ao falar sobre a homenagem a Neiva Moreira o diretor-presidente da Fapema, Alex Oliveira, destacou sua atuação como um maranhense, homem público e jornalista, às causas populares e seu papel fundamental na realização de grandes projetos como o Caderno do Terceiro Mundo, revista de cunho social e político, porta-voz de países do Terceiro Mundo por mais de 30 anos a partir de sua fundação na Argentina, em 1974.

“Esses foram os elementos que julgamos para fazer essa home-

nagem a Neiva Moreira exatamente no ano de seu centenário. Uma homenagem ao homem das letras, ao homem que sempre esteve preocupado com a questão da desigualdade social, dos valores subjugados dos povos do Terceiro Mundo”, disse Alex Oliveira.

Desde o ano passado, o prêmio, que este ano chega a sua 13ª edição, tem como tema uma personalidade maranhense que contribuiu para produção do conhecimento, para a formação de pessoas e para o estado. Em 2016, o prêmio homenageou a médica e ativista Maria Aragão. “Era uma dívida da ciência com Maria Aragão, que nunca tinha recebido uma homenagem vinda do sistema de ciência e tecnologia na envergadura que foi ter um Prêmio Fapema, inteiramente dedicado a ela”, ressaltou.

Além do prêmio em dinheiro os vencedores do Prêmio Fapema receberão ainda o troféu oficial do concurso e certificado. Pesquisadores que forem indicados como finalistas e não premiados receberão certificado de Menção Honrosa. A exemplo do ano passado, este ano acontecerá a homenagem aos finalistas. Serão três finalistas por categoria agraciados com menção honrosa e um deles,

que será divulgado somente no dia da entrega do prêmio, receberá um prêmio em dinheiro.

Novidades

Entre as novidades deste ano estão as categorias Popvídeo e Periódico Científico. Podem concorrer à categoria Popvídeo estudantes do ensino médio ou técnico e graduação vinculados às instituições públicas sediadas no Maranhão, que tiveram bolsa Fapema vigentes entre julho de 2016 e junho de 2017. O prêmio será concedido aos vídeos melhores colocados (1º, 2º e 3º lugares), contemplando o estudante e o orientador, independente da área de conhecimento. A escolha dos trabalhos vencedores se dará por meio de votação com a participação pública, por meio de redes sociais e no site da Fundação.

O prêmio Periódico Científico, por sua vez, será concedido ao periódico com maior pontuação (1º Lugar) vinculado a IES ou Pesquisa do estado do Maranhão com classificação qualis CAPES igual ou maior que B2. Há também mudanças na categoria Pesquisador Júnior. Este ano a Fapema premiará os três primeiros lugares aumentando o valor do prêmio de acordo com a colocação.

A melhor contribuição que podemos dar a este país, neste momento, é procurar revitalizar a instituição parlamentar, fazer com que este Plenário, que em muitos momentos da nossa história fez estremecer o país mobilizando a opinião nacional, possa ser de novo expressão das profundas inquietações que dominam o povo brasileiro e também sua esperança no futuro.



Trecho do discurso de Neiva Moreira na Câmara dos Deputados, em 15 de setembro de 1993, 29 anos após seu último mandato.



FINALISTAS INDICADOS

EDITAL FAPEMA Nº 032/2017

Pesquisador Júnior

Ana Beatriz Soares Pereira
Ivana Márcia Oliveira Maia (Orientador)

Lara Maria Almeida Ferreira
Ivana Márcia Oliveira Maia (Orientador)

Luis Felipe Diniz Pereira
Denilson da Silva Bezerra (Orientador)

Jovem Cientista

Ciências Agrárias

Claudio Adriano de Jesus Nascimento
Christoph Gehring (Orientador)
Lygia Silva Galeno
Francisca Neide Costa (Orientador)
Victor Roberto Ribeiro Reis
Luciano Cavalcante Muniz (Orientador)

Ciências Biológicas

Bruno Leite Rodrigues
Jose Manuel Macario Rebelo (Orientador)
Gustavo Oliveira Everton
Victor Elias Mouchrek Filho (Orientador)
Thamys Marinho Melo
Bruno Araújo Serra Pinto (Orientador)

Ciências Exatas e Engenharias

Nigel da Silva Lima
Anselmo Cardoso de Paiva (Orientador)
Polyana Bezerra da Costa
Anselmo Cardoso de Paiva (Orientador)
William Denner Pires Fonseca
Lourival Matos de Sousa Filho (Orientador)

Ciências Humanas e Sociais

Amanda Cristina de Aquino Costa
Cássius Guimarães Chai (Orientador)
Ariadna Silva Ferreira e Flavia
Almeida Moura (Orientador)
Layane Kessia Pereira Sousa
Conceição de Maria de Araujo Ramos (Orientador)

Ciências da Saúde

Antonio Carlos Pereira Silva Filho
Cristiano Teixeira Mostarda (Orientador)
Emilly Caroline dos Santos Moraes
Mayara Ingrid Sousa Lima (Orientador)
Jose Ribamar de Castro Junior
Patricia de Maria Silva Figueiredo (Orientador)

Dissertação de Mestrado

Ciências Agrárias

Clesio dos Santos Costa
Rosane Claudia Rodrigues (Orientador)
Jonatas da Silva Castro
Erivania Gomes Teixeira (Orientador)
Raimunda Alves Silva
Glécio Machado Siqueira (Orientador)

Ciências Biológicas

Maria da Conceição Abreu Bandeira
Jose Manuel Macario Rebelo (Orientador)
Maria Lindalva Alves da Silva
Gonçalo Mendes da Conceição (Orientador)
Ticianne de Sousa de Oliveira Mota Andrade
Raimunda Nonata Fortes Carvalho Neta (Orientador)

Ciências Exatas e Engenharias

Giovanni Lucca França da Silva
Aristófanos Corrêa Silva (Orientador)
João Otávio Bandeira Diniz
Aristófanos Corrêa Silva (Orientador)
Meirinalva Batista Miranda Coelho
Marcelo Moizinho Oliveira (Orientador)

Ciências Humanas e Sociais

Lindemberg Costa Junior
Aziz Xavier Beiruth (Orientador)
Manuela Maria Cyrino Viana
Veraluce da Silva Lima (Orientador)
Tayanná Santos de Jesus Sbrana
Victor de Oliveira Pinto Coelho (Orientador)

Ciências da Saúde

Benedita Maria Costa Neta
Jose Manuel Macario Rebelo (Orientador)
Francisca Célia da Silva
Paulo Roberto da Silva Ribeiro (Orientador)
Patricia Santos Oliveira
Ceci Nunes Carvalho (Orientador)

PRÊMIO FAPEMA 2017

MEIVA MOREIRA



Tese de Doutorado

Ciências Agrárias

Andreia Freitas de Oliveira
Livio Martins Costa Junior (Orientador)
Viviane Correa Silva Coimbra
Alcina Vieira de Carvalho Neta (Orientador)

Ciências Biológicas

Bruno Araújo Serra Pinto
Antonio Marcus de Andrade Paes (Orientador)
Mayara Cristina Pinto da Silva
Rosane Nassar Meireles Guerra (Orientador)
Monique Hellen Martins Ribeiro
Patricia Maia Correia de Albuquerque (Orientador)

Ciências Exatas e Engenharias

Antonio Oseas de Carvalho Filho
Aristófares Corrêa Silva (Orientador)
Ariel Soares Teles
Francisco José da Silva e Silva (Orientador)

Ciências Humanas e Sociais

Bartolomeu Rodrigues Mendonça
Horácio Antunes De Santana Júnior (Orientador)
José da Fraga Costa Carvalho
Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Orientador)

Ciências da Saúde

Cadidja Dayane Sousa do Carmo
Cecilia Claudia Costa Ribeiro de Almeida (Orientador)
Luciano Mamede de Freitas Junior
Eduardo Bezerra de Almeida Junior (Orientador)
Mayra Moura Franco
Bruno Braga Benatti (Orientador)

Pesquisador Sênior

Ciências Biológicas

Eduardo Bezerra de Almeida Junior
Elizabeth Soares Fernandes
Valéria Cristina Soares Pinheiro

Ciências Exatas e Engenharias

Gilvanda Silva Nunes
João Dallyson Sousa de Almeida

Ciências Humanas e Sociais

Eliana Tavares dos Reis
Horácio Antunes de Santana Júnior
João Batista Bottentuit Junior

Ciências da Saúde

José Roberto de Oliveira Bauer
Matheus Coelho Bandeca

Desenvolvimento Humano Inovação Tecnológica Jornalismo Científico

Cristina Maria Douat Loyola
Gerliane da Silva Chaves

Antonio Marcus de Andrade Paes
David Rodrigues Lopes Junior
Gilvanda Silva Nunes

Cláuberson Correa Carvalho
Mariela Costa Carvalho
Paula Fernanda Santos e Brito

Periódico Científico

Igor Gastal Grill

Popvídeo Ciências

Anthony Soares de Alencar
Luíza Beatriz Rosa Lima
Nayanne Santos de Oliveira

ENTREVISTA

Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Ciências Sociais pela PUC/RJ. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como correspondente internacional de vários meios de comunicação latino-americanos e como fundadora, diretora e editora da revista Cadernos do Terceiro Mundo. Percorreu, ao longo de três décadas, a América Latina, África e Ásia (em particular o Oriente Médio), e fez a cobertura de momentos marcantes da história contemporânea como a guerra de libertação e a independência de Angola e Moçambique, a luta contra o apartheid na África do Sul, o conflito árabe-israelense, a guerra no Líbano, a questão do Iraque, as Conferências do Movimento Não Alinhado e da ONU. Uruguiaia, naturalizada brasileira, morou na Argentina, Peru, México e Portugal. Consultora em Relações Internacionais (foi a Coordenadora do Comitê de Relações Internacionais do Governo do Maranhão, na gestão do Dr. Jackson Lago e responsável pelas articulações dos projetos de cooperação junto ao Itamaraty). Preside o Espaço Cultural "Diálogos do Sul".





O MANIFESTO DA CORAGEM

Maristela Sena

Fotos: Israel De Napoli e arquivo Cadernos do Terceiro Mundo

Não nos ocorreria nenhuma outra escolha que não fosse Beatriz Bissio para ocupar o espaço da entrevista desta edição, que homenageia e lembra das lutas encampadas pelo ativista, político e jornalista maranhense, com vasta atuação internacional, Neiva Moreira. Beatriz Bissio e Neiva Moreira, junto com os jornalistas argentinos Pablo Piacentini e Julia Costenla, fundaram a revista Cadernos do Terceiro Mundo em setembro de 1974, em Buenos Aires.

Beatriz conta que a publicação “nasceu como consequência direta do exílio de milhares de lideranças políticas e sindicais, de profissionais liberais, jornalistas, estudantes e militantes de variadas ideologias e origens, provocado pelo ciclo das ditaduras latino-americanas das décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Mas a publicação também foi herdeira da experiência acumulada pelo Movimento dos Países Não Alinhados, que nos anos

70 e muito particularmente a partir dos debates da IV Reunião de Cúpula, realizada em Argel em 1973, lançou duas ideias de enorme impacto e de extraordinário significado: a necessidade de implementar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII)”. Mais de 40 anos se passaram e os desafios tornaram-se maiores especialmente em relação à enorme desigualdade na distribuição de renda, de bens e serviços para a população mundial. Intensificou-se o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Vivemos dias de retrocesso político e perda de direitos antes pautados no exercício da democracia. Nesses dias de medo e incerteza sobre o amanhã, a companheira de Neiva Moreira a partir das horas do exílio até a volta para casa, nos convida a buscar inspiração no otimismo, na retidão e no compromisso com a justiça e com a humanidade de Neiva. Um homem bom e raro, que a vida inteira construiu pontes em busca do melhor lugar para o próximo, mesmo quando parecia que não havia horizonte a vislumbrar.

A senhora está em São Luís para participar de eventos alusivos ao centenário do nascimento de Neiva Moreira. Como Neiva Moreira e seu legado como político e jornalista devem ser lembrados em um momento tão sombrio da história da política e das instituições do Brasil?

Esta visita ao Maranhão tem sido de emoções permanentes. A homenagem ao Neiva Moreira é justa e oportuna. Neste momento difícil que atravessa nosso país, o legado dele nos fornece algumas ferramentas importantes para pensar sobre o que está acontecendo. Não podemos perder a confiança no povo brasileiro e na sua capacidade de encontrar caminhos e soluções com a sua criatividade, energia, força e cultura, uma cultura que a elite não reconhece, mas que tem profundidade. O legado do Neiva que merece ser lembrado em primeiro lugar é justamente esse: o otimismo e a confiança no povo brasileiro e na sua capacidade de se sobrepor e superar as adversidades. No longo exílio, em

qualquer país em que ele estivesse, Neiva nunca perdeu a confiança no povo brasileiro e nunca deixou de acreditar que ele voltaria ao Brasil, uma volta que seria o corolário da luta vitoriosa do povo brasileiro pela democracia. Neste momento, esse legado é muito importante. Nós não podemos perder a perspectiva de um futuro diferente, de um Brasil diferente, que emergirá vitorioso, através das nossas próprias forças, das nossas próprias lutas. E o outro legado que Neiva deixa é o seu humanismo, a solidariedade, a retidão de conduta, ferramentas indispensáveis de qualquer transformação social e política.

Como foi o seu encontro com Neiva Moreira?

Meu encontro com Neiva foi em Montevidéu. Ele tinha sido cassado depois do golpe de Estado no Brasil, junto com João Goulart, Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes, Almino Afonso e tantos outros. Tinha ficado preso alguns meses e depois tinha se asilado na

Bolívia. Mas tinha sido expulso de La Paz depois do golpe de Estado de 4 de novembro de 1964, quando a junta militar presidida pelo general Barrientos depôs o presidente Paz Estenssoro. Desde então estava asilado no Uruguai. Alguns anos depois eu o conheci, quando fui fazer um estágio no jornal, que o Neiva dirigia de fato, apesar de não poder aparecer como diretor, sendo ele exilado. O diretor nominal era um grande intelectual uruguaio, Oscar Bruschera. Era um jornal da esquerda uruguaia, da Frente Ampla, uma coligação da esquerda uruguaia que naquele momento estava sendo gestada, na verdade, mas que hoje já está governando o país pela terceira vez.

Era o jornal Agora?

Sim. O nome do jornal era Agora, que seria traduzido “agora”. O Neiva, como diretor, tinha convocado estagiários jovens que quisessem trabalhar no jornal. Naquele momento, eu estava estudando engenharia química, mas sempre gostei



Beatriz Bissio e Neiva Moreira com o presidente da OLP, Yasser Arafat, em Tunes, na época, sede da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

de escrever e um amigo me falou desse estágio. Meu encontro com Neiva mudou a minha vida. No primeiro momento foi o deslumbramento por esta figura humana maravilhosa que ele sempre foi, pelo seu conhecimento, pela sua experiência, pelas suas vivências. Tudo isso se traduzia na forma como ele dirigia esse jornal, combinando a experiência do jornalismo e das lutas no Brasil com o jornalismo e as lutas do Uruguai. Desse encontro surgiu depois uma relação duradoura, que nos deu uma filha e, hoje, netos. Para mim foi um aprendizado permanente ao lado dele.

Fale sobre as dificuldades de se viver e trabalhar no exílio. A senhora viveria tudo outra vez?

Com certeza. Faria tudo de novo. A experiência do exílio é árdua, é difícil, tem momentos em que a gente entra até em desespero. Nós vivemos alguns anos como nômades, tendo de migrar de um país para outro por força das circunstâncias políticas, por causa daquele ciclo de ditaduras que se abateu sobre a América Latina, particularmente sobre a América do Sul. Não é fácil ter de estar sempre reiniciando a vida. No nosso cotidiano havia uma mala sempre pronta para qualquer emergência. O Neiva passou todo esse período sem documentos. A ditadura negou aos exilados os documentos brasileiros. Imagina o que significa, num momento em que as circunstâncias obrigam a migrar de um país para outro, desenvolver uma árdua diplomacia para conseguir documentos, que nunca são documentos equivalentes aos que normalmente teríamos direito, um passaporte, uma carteira de identidade. Nada disso. São documentos transitórios, que

já marcam a gente como apátridas. Momentos difíceis não faltaram, mas eu faria tudo de novo porque foi um grande aprendizado que me tornou o ser humano que sou hoje.

Ao lado de Neiva Moreira no exílio, a senhora viveu a experiência da maternidade.

Nossa filha Micaela nasceu no México. Nosso périplo foi nos levando cada vez mais ao norte na América Latina. Tanto Neiva quanto eu nunca quisemos deixar a América Latina. Aqui estava nossa residência permanente. Fizemos esforço

O legado do Neiva que merece ser lembrado em primeiro lugar é justamente esse: o otimismo e a confiança no povo brasileiro e na sua capacidade de se sobrepor e superar as adversidades.

para não nos afastar ainda mais dos nossos países, como aconteceu com outros exilados que tiveram de sair para a Europa e até mais longe no exílio. O último país em que nós residimos, antes da anistia que trouxe o Neiva de volta para o Brasil, foi o México. A nossa filha Micaela nasceu lá. Ela tem uma triplíce nacionalidade: mexicana pelo país onde nasceu, brasileira pelo pai e uruguaia pela mãe. Há alguns anos ela me comentou que essa realidade a tinha levado a se perguntar: “quem sou eu?” Há estudos sobre o tema do impacto dessas situações particulares criadas pelo exílio ou pela prisão dos pais nas crianças. Muitos filhos de exilados ou de presos ou desaparecidos políticos foram criados

por familiares. Enfim, esse tema, dos laços familiares afetados pela experiência da repressão, das ditaduras, é complexo. Faz parte do legado dramático do período vivido nos nossos países durante o ciclo das ditaduras. Mas a nossa filha foi um belo presente do exílio. Uma filha muito desejada e querida, que hoje nos deu três netinhos.

Como era editar a publicação Cadernos do Terceiro Mundo?

Cadernos do Terceiro Mundo começa com um ambicioso sonho do Neiva, que surge através de sua própria experiência de jornalista e se consolida por ter participado em 1973 da IV Conferência de Cúpula do Movimento de Países Não Alinhados, realizada em Argel. Nessa conferência um dos grandes temas em debate era a democratização dos fluxos informativos, proposta que mais tarde veio a ser conhecida como a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). A demanda por uma informação democrática decorria de um correto diagnóstico desse grupo de

países recém-saídos da etapa colonial, de que não teriam condições de promover o desenvolvimento se não houvesse uma mudança das regras de jogo na economia mundial, de um lado, e se a informação não fosse democratizada. Essa passou a ser uma das grandes bandeiras dos países do Movimento Não Alinhado, que nos anos 70 tinham um peso muito significativo na ONU. Levado esse debate ao seio das Nações Unidas, o tema foi acolhido pela agência da ONU dedicada aos temas da educação, comunicação e cultura, a UNESCO. O Neiva esteve em Argel, fez a cobertura dessa conferência, e quando retornou para a América Latina, levou a alguns colegas a ideia de contribuir com uma revis-

ta latino-americana ao desafio de democratizar os meios de comunicação. Surge assim Cadernos do Terceiro Mundo, como uma iniciativa de jornalistas, como ele, que juntos aspiravam a trazer para a agenda de debates temas que não interessavam à imprensa comercial ou que nela estavam presentes sob a perspectiva dos grandes interesses capitalistas. A revista foi fundada numa época anterior à internet, quando as ferramentas que hoje nós temos, não existiam. Aos poucos, através de um paciente trabalho de coordenação e aproximação, foi se constituindo uma rede de jornalistas da África, Ásia, América Latina, alguns poucos europeus e norte-americanos, que a cada edição juntavam esforços para brindar aos leitores artigos ex-

tremamente importantes, documentados, desde uma perspectiva realmente transformadora, sobre temas inéditos ou pouquíssimos conhecidos pelo bloqueio da mídia “mainstream”, pelos grandes meios comerciais. E assim Cadernos do Terceiro Mundo se tornou uma referência de um jornalismo sediado na América Latina, feito por jornalistas do Terceiro Mundo – hoje Sul Global – trazendo a realidade das lutas, dos anseios, das reivindicações, dos sonhos, daqueles que não tinham voz na grande mídia.

Como surge o projeto de digitalização de Cadernos do Terceiro Mundo?

A experiência de Cadernos está sendo resgatada hoje através da

digitalização do acervo de mais de 30 anos em que a revista circulou. É um projeto relevante, pelo valor histórico, como fonte de pesquisa, dos conteúdos da revista, e constituiu também uma bonita forma de honrar a memória do Neiva. A meta é colocar à disposição dos pesquisadores, dos historiadores, do público em geral, todas as edições da revista. Essas edições já começam a estar disponíveis no site da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dentro do acervo do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM/UFRRJ). O projeto é fruto de um esforço conjunto de três universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, representada pelo Núcleo de pesquisa coordenado por mim, a Universidade



Grupo de exilados em El Pinar, Uruguai - Guillermo Bernardt, Eduardo Galeano, Eliseu Torres, Muniz Bandeira, Max da Costa Santos, Neusa e Leonel Brizola, Lélío Carvalho, Décio Freitas, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues e Paulo Schilling

do Estado do Rio de Janeiro, representada por um grupo de professores do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino (LPPE/UERJ), e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, representada pelo Núcleo de Estudos de História Política da América Latina (NEHPAL). E conta com apoio do Governo do Maranhão, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para mim, pessoalmente, é uma alegria enorme saber que o acervo está sendo disponibilizado para consulta pública porque sempre

tive a certeza de que o material produzido ao longo de mais de 30 anos de circulação da revista constituía uma importante fonte documental sobre um período muito rico em lutas, propostas, debates, dos povos do Sul. E o Neiva estaria muito feliz em saber que o Maranhão está apoiando o resgate desse legado que ele deixou, para colocá-lo à disposição de quem quiser dele usufruir.

Como a senhora analisa a dimensão política da América Latina

hoje? Quais são os principais entraves a serem enfrentados?

Lamentavelmente há entraves que se reproduzem ao longo do tempo. Parece que a América Latina, de alguma forma, repete alguns ciclos. Mas há avanços que não podemos desconhecer. Do meu ponto de vista, a educação continua sendo um dos grandes desafios da América Latina. Não há transformação social possível sem educação pública de qualidade. Mas, cuidado: há pessoas de altíssimo nível

educacional que em nada contribuem para uma transformação social, pelo contrário, usufruem dos conhecimentos para entregar riquezas nacionais, para explorar o povo. A educação que necessitamos é aquela que, a serviço do povo e para o povo, forme humanistas. Uma educação que ao conhecimento associe valores éticos, a noção de solidariedade, o compromisso com o desenvolvimento do país, a noção de cidadania, o respeito aos direitos humanos, o respeito à diversidade cultural, religiosa. Essa é a educação transformadora na qual eu acredito. Outro entrave a ser superado é a falência do nosso sistema representativo. No sistema atual o povo não está representado. E, no marco dessa transformação profunda, sem dúvida temos que lutar pela democratização dos meios de comunicação. Hoje em dia estou na universidade, mas a maior parte da minha vida foi no jornalismo. Com essa experiência posso afirmar que não acredito na transformação social sem uma mídia democrática, que está longe de ser a mídia que temos.

A comunicação contribui para o processo de consolidação de unidade cultural da América Latina?

Sim, é fundamental. Como é que nós formamos a ideia do mundo em que vivemos? Nós não estamos na China, no Peru, no México, no Oriente Médio, na África. A visão que temos do mundo nos é dada pela educação, em primeiro lugar, e pelas informações que nos chegam através dos meios de comunicação. Com essa bagagem de conhecimentos nós interpretamos o mundo em que vivemos. Mas, a informação que recebemos dos meios de comunicação comercial é permeada pela visão de mundo e pelos interesses econômicos e geopolíticos do pequeno grupo de empresas e famílias que controlam esses meios de comunicação. Não é uma cobertura democrática, diversificada, plural. Que informação recebemos da mídia brasileira sobre o continente africano, por exemplo? E lembremos que o Brasil é o país com maior população afro-descendente de

todo o mundo. A informação sobre a África é quase nula e raramente aborda outra questão que não seja a guerra, a miséria, as doenças. Mas a África é muito maior que essas tragédias. A África é um continente chave até para compreender o próprio Brasil. Com a informação filtrada através dos interesses das grandes corporações de mídia nós não temos condições de compreender adequadamente o mundo em que vivemos. Nem temos condições de compreender o país em que vivemos. E sem isso não podemos formular estratégias corretas para a transformação da nossa realidade.

A senhora é professora numa universidade brasileira?

Sim. Sou professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Leciono Política Internacional. Através das minhas disciplinas, voltadas para a África, Ásia e Oriente Médio, procuro trazer para as novas gerações temas que em geral nunca tinham visto. Eu pensava que a bagagem que os meninos traziam do Ensino Médio pudesse

minimamente cobrir algumas lacunas, mas tenho constatado que não é assim, salvo exceções. Procuro debater com eles os desafios do Sul, como hoje se chama e antigamente se chamava Terceiro Mundo, para vincular esses temas com a nossa própria realidade, na América Latina.

Qual a sua participação e o que representa hoje o Espaço Cultural Diálogos do Sul?

Diálogos do Sul é uma revista virtual, que aproveita as facilidades criadas pelas novas tecnologias para tratar temas afins à linha editorial de Cadernos do Terceiro Mundo. Criada por alguns dos jornalistas que fizemos parte do projeto de Cadernos, hoje Diálogos do Sul está sendo levada adiante principalmente pelo jornalista Paulo Canabrava Filho. É uma tentativa de não deixar morrer esse que foi o espírito de Cadernos do Terceiro Mundo: dar voz aos que normalmente não têm voz. Está hospedado no site <http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/>.



Neiva Moreira com a filha Micaela



MARANHENSES ENGAJADOS PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

Elizete Silva

Fotos: Divulgação

Ana Raquel Alves de Araújo

É licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e mestra em História, Ensino e Narrativas pela mesma universidade (PPGHEN/UEMA). É membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) da UEMA, onde participa do projeto Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002).

A busca por entendimento sobre episódios importantes da história do Maranhão, que também fizeram parte das lutas e inquietações do político e jornalista Neiva Moreira, tem pautado trabalhos como o da historiadora Ana Raquel Alves de Araújo. Sua pesquisa ‘Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: Revisão Historiográfica e Perspectivas de Pesquisa’ é baseada no conceito de sociedade civil do marxista italiano Antonio Gramsci, que a compreende como oposição à sociedade política, também chamada de Estado em sentido restrito, se referindo à burocracia executiva e ao aparato policial militar e se identificando com os aparelhos de coerção. A pesquisa mostra que a sociedade maranhense foi engajada, tanto pela redemocratização do país como por outras reivindicações, como políticas públicas para as mulheres, a infraestrutura dos bairros da capital e a meia passagem para os estudantes, por exemplo.

“Para esse autor, a Sociedade Política juntamente com a Sociedade Civil formam o Estado Ampliado. Essa concepção entende que o Estado não está apartado da sociedade, e sim, inserido, sofrendo influências e influenciando a sociedade”, observa a pesquisadora, cujo trabalho tem o objetivo de apresentar uma discussão historiográfica sobre a sociedade civil maranhense no período da Redemocratização, que ocorreu de 1974 a 1985, de acordo com a vertente majoritária entre historiadores.



A observação que Ana Raquel Araújo faz é que, de modo geral, o ensino de história ainda se assenta numa história política tradicional, que enfatiza os Estados-nações e as ações dos seus agentes (presidentes, governadores, prefeitos, parlamentares, reis, rainhas, ministros), e o que está fora desse âmbito geralmente não adentra no currículo escolar. “Assim as pessoas comuns e suas ações são desconsideradas. Os documentos lançados pelo Ministério da Educação a partir da década de 1990 sugerem reformulações no ensino de história com a discussão do conceito de sujeito histórico, correspondendo à sociedade civil e seus movimentos sociais”, constata Ana Araújo.

A Redemocratização corresponde ao período final, à fase de abrandamento da Ditadura Empresarial Militar (1964-1985, para alguns historiadores ela terminaria somente com a Constituição Federal de 1988). E os estudos dos anos ditatoriais a partir de pesquisa bibliográfica apontaram que é um período histórico no Maranhão que até pouco tempo não apresentava muitas pesquisas. E em se tratando de sociedade civil, ou seja, do que não inclui ações do Estado restrito (instituições e agentes), somente

algumas pesquisas de cientistas sociais, ou de assistentes sociais foram realizadas.

“O campo da história estava ausente na análise da formação dos sujeitos históricos coletivos aqui no Maranhão. Por outro lado, a conjuntura política atual sugere questionamentos sobre que sociedade civil é esta. Foi sempre apática? Ou isso é uma impressão diante da falta de registros e de debates historiográficos sobre a atuação de sujeitos coletivos? Responder a esses questionamentos nos ajuda a entender o quanto o Brasil e o Maranhão atual devem aos anos da redemocratização”, diz a pesquisadora.

Sobre o estudo

O estudo da historiadora Ana Raquel Alves de Araújo foi iniciado no ano de 2014 para a construção do projeto de mestrado. A historiadora explica que como já participava de um grupo de pesquisa focado na Ditadura (NUPEHIC - Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea), procurou direcionar o trabalho para a história social com ênfase na formação de sujeitos históricos coletivos. “O

trabalho ‘Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: Revisão Historiográfica e Perspectivas de Pesquisa’ é um desmembramento da pesquisa de mestrado (financiado pelo **Edital 038/2014 BM Profissional no Estado**), cujo título do projeto é ‘A Sociedade Civil Maranhense na Redemocratização e o Cotidiano Escolar: Uma Proposta de Construção de Material Instrucional’, correspondendo ao primeiro ano da pós”.

Espera-se que o trabalho sirva de referência para futuras pesquisas e para o trabalho docente, possibilitando ao professor de história utilizar uma abordagem que insira a história social local/regional em suas aulas, oferecendo aos alunos uma aula rica de fontes de informações e conhecimento sobre a realidade próxima a eles. “E, concomitantemente, promover um debate sobre o papel da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos indivíduos enquanto sujeitos históricos no Maranhão e no mundo. Essa é uma oportunidade riquíssima de contribuir para a formação cidadã, ou seja, para que os alunos pensem sua existência na sociedade a partir de uma postura de atuação, de engajamento e não de passividade”, almeja.



Manifestações em São Luís – estudantes lutam pelo direito à meia-passageiro em 1979 e, em 2013, entram na onda nacional contra a corrupção na política





Cruzamentos de saberes para diálogos formativos de lideranças quilombolas

LUTAS QUILOMBOLAS POR DIREITOS TERRITORIAIS

Israel De Napoli
Fotos: Divulgação

Marivania Leonor Furtado

Possui doutorado em Geografia - área Produção Social do Espaço pela Universidade Estadual Paulista - Campus Presidente Prudente. É mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão. Atua principalmente nos seguintes temas: questões étnico-raciais, movimentos sociais e territoriais, Estado e políticas públicas para segmentos sociais específicos.

As comunidades quilombolas no Maranhão representam um significativo percentual da população. O cadastro da Fundação Cultural Palmares aponta 369 comunidades certificadas como remanescentes de quilombos. Elas estão dispostas nas partes norte e central do Estado. De acordo com a coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade (LIDA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Marivania Leonor Furtado, essas comunidades são portadoras de direitos constitucionais, como o título de propriedade definitiva de seus territórios, e embora consolidadas em modos de vida determinantes de uma definição prévia de “comunidade remanescentes de quilombos”, a existência concreta delas não revela que sua condição em si garantiria a inserção no plano dos direitos formais já pactuados.

A pesquisadora Marivania Furtado desenvolveu um estudo com o objetivo de levantar dados para a análise das relações entre o poder público e as demandas territoriais, apresentadas, entre os anos de 2010 a 2015, pelas comunidades quilombolas articuladas pelos principais segmentos representativos do Movimento Quilombola no Maranhão (MOQUIBOM) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ).



“Nossa intenção foi conhecer a diversidade da problemática do desenvolvimento regional, a partir da política fundiária para a regularização de território quilombolas. O estudo é de suma importância, não apenas para as Ciências Sociais, que têm privilegiado tal tema nos mais diversos fóruns, como para as instituições representativas do poder público, aqui privilegiada a Universidade, enquanto produtora de saber especializado com compromisso social. A pesquisa faz um reparo social da dívida histórica que se tem com as comunidades negras rurais visando à participação efetiva do poder público no atendimento às demandas específicas destes sujeitos de direitos”, explica a professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA.

Segundo a pesquisadora, a realização do estudo permitiu evidenciar que ao mesmo tempo em que se verifica que direitos territoriais aos quilombolas já se encontram pactuados, a efetivação deles ainda

não é constatada. Dessa forma, o reconhecimento da importância de ter mais porta-vozes nas comunidades que façam de forma mais qualificada a interlocução entre as entidades, instituições do Estado e as comunidades para a execução de seus direitos, os levou a acompanhar os processos mobilizatórios e encontros de lideranças do Movimento Quilombola do Maranhão.

“Nesses contextos de lutas observamos que a ausência de elementos formais para o efetivo diálogo entre as lideranças e o poder público constituído tem fragilizado a ação autônoma dessas lideranças, que ficam em segunda voz diante de seus ‘assessores’. Assumindo o compromisso de uma atuação acadêmica comprometida com as lutas sociais e sofrimentos dos ‘sujeitos pesquisados’, nos propusemos articular com os movimentos sociais processos formativos sistemáticos para o exercício do Controle Social, o que resultou na formação da primeira turma, com 20 participantes das regiões da Baixada Maranhense, do Litoral Ocidental Maranhense, do Norte Ma-

ranhense e do Baixo Parnaíba, para o exercício do controle social. O estudo levantou também dados quantitativos que possibilitarão o acompanhamento por parte das agências e articulações do Movimento Negro das demandas por titulação de seus territórios quilombolas”, destaca a cientista Social.

Projeto

O projeto teve início em agosto de 2014 e foi desenvolvido até agosto de 2016, com apoio do **Edital Universal 569/14 da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)**. As principais atividades de pesquisa desenvolveram-se ao longo do ano de 2015, quando foram realizadas as etapas de formação quilombola para o exercício do controle social. Naquele ano, foram realizadas quatro etapas, sendo estas preparatórias de discussão na academia e in loco (com atividades nas comunidades quilombolas).

Marivania Furtado diz que todas essas estratégias fo-



Comunidades estudam política fundiária para regularizar terras quilombolas

ram problematizadas à luz do referencial teórico adotado na pesquisa e permitiram concluir o acesso aos conhecimentos relacionados aos direitos quilombolas por parte das lideranças que participaram da pesquisa. Os resultados podem proporcionar práticas efetivas de controle social, a fim de que essas lideranças se articulem em suas localidades para a busca e efetivação de tais direitos de forma mais autônoma.

“Através da reflexão teórica assentada nos conceitos de território e territorialidades específicas, controle social e suas redefinições críticas e ancoradas em estratégias de pesquisa proposta pela etnografia situada, o estudo levantou dados quantitativos e qualitativos que permitiram a análise da questão proposta neste estudo. Os quantitativos foram apresentados juntamente com a estratégia da pesquisa-ação aos sujeitos sociais deste estudo, a saber: lideranças quilombolas de diversas regiões do estado.

Trabalhos de campo também foram realizados nas comunidades quilombolas a fim de enriquecer a construção dos dados do estudo”, afirma a professora.

Os trabalhos de campo foram distribuídos em etapas específicas. Foram programadas visitas às reuniões organizadas pelos movimentos sociais, além da realização de uma formação para o controle social (dividida em três etapas-oficinas), que serviram de laboratório para a análise da realidade observada.

“O estudo levantou dados quanto ao registro e encaminhamentos dos processos de titulação dos territórios quilombolas protocolados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MA) no período de 2010 a 2015, bem como, em articulação formativa

com as lideranças quilombolas do MOQUIBOM e ACONERUQ. Também socializou saberes para que tais lideranças possam exercer o controle social das políticas de regularização fundiária quilombola”, informa a pesquisadora.

Furtado afirma que o surgimento de movimentos sociais que se direcionam para a causa quilombola no Maranhão se configurou diante de uma realidade de violência e invisibilidade sofrida por esse segmento étnico específico. “Agências específicas foram criadas para ‘dialogar’ com o poder público,

A pesquisa faz um reparo social da dívida histórica que se tem com as comunidades negras rurais visando à participação efetiva do poder público no atendimento às demandas específicas destes sujeitos de direitos.

como a ACONERUQ, e realizar articulações sociopolíticas voltadas para o ‘confronto’ direto como o poder, como o MOQUIBOM, que se estabeleceram, sobretudo este último, como contra hegemonia diante de um estado que se construiu sobre as bases da desigualdade e da exclusão”, ressalta a cientista social.

De onde surgiu a pesquisa?

Com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, em 1988, mudanças no plano formal foram desencadeadas no tratamento das populações negras e indígenas, agora entendidas como integrantes do processo civilizatório da nação brasileira, sendo garantidas a

manutenção e proteção de suas práticas culturais. Com relação às terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, reza o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

“A definição dos direitos no plano formal não garante, de pronto, sua efetivação. Torna-se imperativo que os segmentos sociais aos quais se destinam tais direitos tomem conhecimento e articulem as estratégias sociais necessárias para sua efetivação. Nesse sentido, cabe a essas comunidades transcender condição de sujeitos concretos, alvos de direitos, para sujeitos sociais que se organizam na busca e efetivação de tais direitos. Retomando uma definição marxista, essas comunidades sairiam de uma condição ‘em si’, para a conquista e redefinição de uma história ‘para si’”, comenta a pesquisadora.

Diante do contexto desfavorável dessas comunidades quanto ao acesso às informações que lhes garantiriam um empoderamento para a luta e conquista de tais direitos, a pesquisa propôs levantar dados oficiais quanto aos órgãos responsáveis pela política fundiária, quanto atuar de maneira formativa junto a lideranças quilombolas do estado.

“Esta pesquisa ao mesmo tempo em que analisa a realidade observada, socializa com os protagonistas do direito território quilombola conhecimentos indispensáveis para que estes participem qualificadamente da gestão dessa política e realizem o controle social da mesma”, ressalta.

GERAÇÃO CIÊNCIA



O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), apresentam o Edital nº 006/2017 **GERAÇÃO CIÊNCIA**.

Inscreva-se no site www.fapema.br/patronage



GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

SECRETARIA
EXTRAORDINÁRIA DA
JUVENTUDE

FAPEMA



Ed Wilson Araújo e Adilson Sousa em visita à rádio Tropical de Santa Luzia do Paruá

A RADIODIFUSÃO FAZ VALER A VOZ DAS COMUNIDADES

Maristela Sena
Fotos: Divulgação

Ed Wilson Ferreira Araújo

Doutorado em Comunicação pela PUCRS. Mestrado em Educação e graduação em Jornalismo na UFMA. É professor do Departamento de Comunicação, no Curso de Rádio e TV, na UFMA. Escreve reportagens, artigos e crônicas sobre política, cultura e meio ambiente. Editor do Blogue <http://blogdoedwilson.blogspot.com.br> e autor do livro "Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação (EDUFMA). Produz e apresenta o programa "Revista Araruna", aos domingos (9h às 10h), na rádio comunitária Araruna FM.

A trajetória do professor do curso de Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ed Wilson Ferreira Araújo, não poderia fugir da pesquisa voltada à radiodifusão. Desde 1996 é militante do movimento de rádios comunitárias e colaborou, em 1998, na criação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Maranhão (Abraço-MA). Araújo é presidente da Abraço, eleito no congresso de junho de 2017. "Quando planejei fazer mestrado, ainda em 2002, pensei em investigar um tema que tivesse alguma relação com os movimentos sociais e a comunicação. Como eu já estava envolvido no processo organizativo das rádios comunitárias, optei por esse tema para a construção de um objeto científico", diz.

Ed Wilson, como é conhecido no meio, publicou sua dissertação, em 2011, pela EDUFMA, com o título "Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação". No plano geral, a pesquisa teve o objetivo de investigar como a comunicação



e os processos de produção de bens simbólicos interferem na constituição de valores hegemônicos. “Nesse contexto, procurei verificar até que ponto as rádios comunitárias constituem espaço de democratização, como e quais os mecanismos de organização na sociedade civil possibilitam a formatação de um movimento social articulado no campo da comunicação. Recortei o objeto na perspectiva de analisar o movimento de rádios comunitárias na perspectiva de um polo antagônico à concentração da comunicação, especialmente no Maranhão, estado onde o coronelismo eletrônico tem fortes contornos”, informa.

Não chegou a ser uma surpresa para o pesquisador a acolhida que recebeu o livro ‘Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação’. “Me alegro porque teve uma boa receptividade entre os compa-

nheiros que estão na base, no dia-a-dia das rádios comunitárias nos municípios. No meio acadêmico, sempre que encontro professores(as) de Comunicação das instituições privadas e públicas, eles me falam que o livro tem boa procura pelos estudantes de graduação que pesquisam rádio comunitária”, confirma.

Quando se trata de metodologia utilizada durante a pesquisa, ele optou pelo “método dialético para a construção teórica, porque era necessário enquadrar as rádios comunitárias no contexto da estruturação dos meios de comunicação no Brasil e no Maranhão”. Buscou nos estudos do filósofo marxista Antonio Gramsci o embasamento para discorrer sobre o conceito de hegemonia. “Gramsci é fonte essencial para entender o papel da comunicação, articulado a outros autores que ajudam a compreender a força dos meios nas dimensões econômica, política e so-

cial na contemporaneidade. No trabalho de campo fiz pesquisa qualitativa junto às emissoras comunitárias da região metropolitana de São Luís”, conta.

No doutorado, concluído em 2016, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o professor Ed Wilson seguiu pesquisando a temática do rádio, mas buscou um novo recorte. “Optei por uma investigação sobre a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís. Este trabalho ainda não foi publicado. Apesar de eu ter estudado objetos diferentes no mestrado e no doutorado, as duas pesquisas dialogam porque têm base no Antonio Gramsci sobre hegemonia, cultura e intelectual orgânico. No doutorado, especificamente, utilizei na base metodológica a Teoria das Mediações, de Martín-Barbero, autor influente nos Estudos Culturais latino-americanos. Em comum, nas duas



Diretoria da Abraço MA eleita em 2017

pesquisas, investiguei as pulsações democráticas no rádio”, explica.

Depois de se debruçar sobre este tema e ter a dissertação publicada, ele foi constatando a existência de um campo muito vasto para a pesquisa sobre rádio no Maranhão. “Há um espaço grande a ser explorado e penso que os pesquisadores deveriam atentar para esse foco. Temos pouca memória do rádio registrada em pesquisa científica. Sempre falo para meus alunos sobre a riqueza do acervo físico do colecionador e radialista

Talvane Lukato. É um tesouro que pode ser transformado em objeto de pesquisa. Estamos na fase de migração do rádio AM para FM. Este é outro tema relevante que pode render muitos estudos. Então, nesse sentido, as minhas pesquisas no mestrado e no doutorado servem também para alertar os pesquisadores sobre este potencial”, aconselha.

Desde 2016, já como professor do curso de Rádio e Televisão da UFMA, Ed Wilson está desenvolvendo uma pesquisa sobre a rádio comunitária Ba-

canga FM, do Anjo da Guarda. “Esse trabalho é um desdobramento da dissertação de mestrado e a retomada do tema rádio comunitária nos meus estudos. O Anjo da Guarda, bairro fundante da área Itaqui-Bacanga, em São Luís, tem uma história muito rica na comunicação. A rádio Bacanga FM é fruto da evolução da Rádio Popular, criada em 1988, ainda no sistema de alto-falante. A pesquisa recupera todo este percurso e estamos trabalhando para publicar em 2018”, planeja.



Antonio Luiz conversa com Ed Wilson Araujo na rádio comunitária Araruna FM, no Cohatrac



As estações de rádio, pela capacidade de alcance do ouvinte, não perderam seu papel de difusoras de informação de utilidade pública

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA



EDITAL

POPVIDEO CIÊNCIAS

Visa promover a disseminação do conhecimento científico produzido no estado do Maranhão por pesquisadores(as) por meio da divulgação de pesquisas sob o formato de vídeo incentivando a popularização da ciência.

Acesse o site
www.fapema.br

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS





TV UFMA COMEMORA DOIS ANOS E CELEBRA PARCERIA COM A FAPEMA

Israel De Napoli

Fotos: Israel De Napoli e TV UFMA

Há mais de sete anos se iniciava uma luta diária dentro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela criação de um veículo de comunicação que pudesse contribuir na formação dos estudantes de alguns cursos da instituição. Com esse intuito, e também na busca por representar a imagem e a voz de todo um povo, ao fugir do viés comercial, a TV UFMA comemorou no dia 07 de outubro, dois anos de existência, desde a data de sua inauguração oficial.

Segundo o diretor da TV UFMA, Silvano Bezerra, o desejo da instituição de contar com uma emissora de TV tem mais de 25 anos. E no Departamento de Comunicação Social da UFMA esse anseio era ainda mais vivo. O projeto se concretizou na gestão do reitor Natalino Salgado Filho. Mas esse não era um projeto de fácil execução, em virtude das condições locais de obtenção de canal de TV e de decisões da UFMA quanto à emissora.

“Não havia espaço, na malha de radio-

frequência da cidade de São Luís, para mais um canal. Tanto que a UFMA teve que se empenhar muito para que, enfim, conseguíssemos o nosso canal. Depois, pelas dificuldades de implantação de uma TV como a que temos hoje. Decidiu-se que a TV UFMA seria uma emissora de porte médio, fazendo, assim, um caminho bem diferente do habitual das televisões universitárias brasileiras, que optam em construir emissoras pequenas”, disse Bezerra, que é também professor do Departamento de Comunicação da UFMA.

Foi um trabalho de implantação que envolveu uma quantidade considerável de técnicos para que a TV UFMA tivesse a estrutura que tem hoje. Ela é a mais bem aparelhada TV universitária brasileira, e vem, aos poucos, alcançando boa audiência na capital maranhense e fora dela. O aplicativo de celular que desenvolvemos dentro da emissora permite, principalmente, que se tenha acesso ao sinal ao vivo da TV. Além disso, o sinal está em três provedoras de conteúdo de TV a cabo.

Para o diretor da TV UFMA, a emissora se consolida, a cada dia, como uma “TV-escola”, que capacita profissionais, oriundos da UFMA, dentro de um circuito profissional de formação de quadros. A TV conta com estudantes de Comunicação Social, Teatro, Letras, Administração e Design. Além disso, ela firma parcerias para ampliar a sua capacidade de produzir e veicular material televisivo de qualidade.

“Posso dizer que a Fapema tem proporcionado suporte fundamental para os muitos projetos, de relevância social, que desenvolvemos pela TV UFMA, e que atendem aos propósitos perseguidos por seus editais públicos. Já tivemos cerca de quatro projetos aprovados pela Fapema. Em 2016, a TV UFMA celebrou com a Fundação um convênio importantíssimo, visando à divulgação das políticas, estratégias, programas de capacitação e avanço da pesquisa científica no Maranhão. Devo dizer que esta é a primeira vez, em terras maranhenses, que se produz, ostensivamente, material de TV sobre as políticas e os avanços da ciência em nosso Estado”, afirma Silvano Bezerra.

Parcerias com a Fapema

A TV UFMA e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) firmaram em julho deste ano uma parceria importante que deu origem ao programa Interação Ciência, que divulga os resultados e a aplicabilidade dos projetos científicos desenvolvidos no Maranhão por meio de produção audiovisual. De acordo com a coordenadora de projetos da TV UFMA, Poliana Sales, o Interação Ciência funciona como um canal de comunicação entre as pesquisas realizadas no Maranhão e a realidade da comunidade local. O projeto, que está em andamento, produz matérias sobre aspectos diversos, sempre vinculados ao universo da ciência no Estado. “Esse setor de projetos foi pensado pelo diretor Silvano Bezerra para que a gente trouxesse uma dinâmica de sustentabilidade diferente para a emissora e não dependesse apenas de recursos federais. Assim podemos também trabalhar com projetos especiais e atuar na captação de recursos”, diz.

Além do Interação Ciência, a TV UFMA já desenvolveu o projeto Conexão Rural, em parceria com o Ministério das Comunicações. O projeto promoveu, ao longo de 16 meses, a inclusão digital e o desenvolvimento social por meio da capacitação e do livre acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) para os jovens moradores da comunidade do Taim, na zona rural de São Luís. Foram oferecidos curso básico de informática com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), quatro oficinas de capacitação em TIC’s e quatro cursos na área de produção audiovisual. O produto final do projeto foi a gravação de uma série documental intitulada “Filhos do Taim”, que retratou, em oito episódios, a luta da comunidade e temáticas sobre religiosidade, cultura, economia local, hábitos, costumes e meio ambiente. O projeto Conexão Rural foi ganhador do Prêmio Fapema 2014, na categoria Desenvolvimento Humano, na área de Ciências Sociais Aplicadas.

“Também realizamos o projeto Memória Guarnicê, com financiamento da Fapema, quando recuperamos e digitali-



Redação da TV UFMA



Estúdio de gravação



Membros do Núcleo de Tradução com o diretor da TV UFMA, Silvano Bezerra

zamos um acervo de 36 anos do Festival Guarnicê que se encontrava no Departamento de Assuntos Culturais da UFMA. Existiam aproximadamente 2000 filmes nesse acervo. Após isso, fizemos um projeto chamado Cinemateca Guarnicê, onde trabalhamos a gestão desse acervo e inauguramos uma cinemateca na sede provisória do DAC em 2016, no 33º Festival Guarnicê. Ainda em 2016, aprovamos o projeto chamado Sessão Guarnicê com o objetivo de mostrar num programa de televisão parte desse acervo. Fizemos uma série documental em seis episódios contando a história dos primeiros anos do cinema maranhense”, contou a coordenadora de projetos da TV UFMA.

Interação Ciência

Com a intenção de investir na difusão da produção

científica do estado, a TV UFMA e a Fapema uniram forças para a execução do projeto Interação Ciência, visando à divulgação do universo acadêmico de produções científicas maranhenses. Ao todo, o Interação Ciência apresentará 30 programas, sendo 10 programas com 15 minutos de duração em formato de série documental e 20 programas de reportagem com 7 minutos de duração cada.

Conforme o coordenador do Interação Ciência, Carlos Benalves, a linha editorial do programa tem base também nas ações e editais da Fapema. Seguindo esta orientação, a TV UFMA realizou um mapeamento por áreas diversificadas, desvendando um panorama da pesquisa maranhense. Também foram selecionados temas que mostrassem a amplitude de atuação da Fapema no Maranhão.

“Estamos fechando as

dez primeiras produções. Temos tido um retorno significativo desde os primeiros programas. Temos percebido respostas sobre o Interação Ciência através das nossas redes sociais, pelas pessoas que nos procuram e nos eventos dos quais a gente participa. As pessoas comentam bastante sobre o formato e a linguagem que tem sido acessível. É nossa preocupação que de fato as pessoas possam compreender o que está chegando às suas casas”, ressaltou Carlos Benalves.

A equipe do Interação Ciência é formada por recém-graduados e estudantes, todos do curso de Comunicação Social da UFMA. Eles têm a oportunidade de desenvolver múltiplas atividades, como produção, edição, gravação e reportagem. Sem distinção de nível de escolaridade, todos têm aprendido juntos e produzido resultados satisfatórios com o projeto.

A construção do Ponto do DOC sobre transplantes

Em novembro de 2015, a equipe de Telejornalismo da TV UFMA se reuniu para pensar na produção de reportagens jornalísticas documentais. A ideia era que os jornalistas e profissionais da comunicação envolvidos pudessem dedicar tempo e pesquisa aprofundada para a criação do produto televisivo, que posteriormente, foi batizado de Ponto DOC. O primeiro tema escolhido foi transplantes e a perspectiva inicial era abordar todas as cirurgias desse tipo realizadas nos hospitais maranhenses e dar destaque à questão da fila de espera. Partindo dessa primeira ideia, o trabalho de pré-produção iniciou com entrevistas. A produção da TV UFMA entrou em contato com os profissionais de saúde do Hospital Universitário Presidente Dutra, referência no assunto.

A coordenadora da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos do Maranhão, Dra. Maria Inês Oliveira, explicou sobre a realidade dos transplantes no Estado, a demora da fila de espera

e as dificuldades da doação. Esse diálogo chamou a atenção para os transplantes de rins e o tratamento de hemodiálise, que não são oferecidos em todas as cidades maranhenses. Segundo a jornalista da TV UFMA, Asmyne Barbosa, também foi contatada a assistente social do Hospital Universitário da UFMA, Gisele Pereira, que acompanha os pacientes em tratamento de hemodiálise no hospital, oriundos da capital e do interior.

A jornalista explica que, por intermédio de Gisele, foram conhecidos os personagens que iriam compor a narrativa dos episódios. Por ser um tema delicado, que envolve questões emocionais e de saúde, antes de entrar em contato com os pacientes, a equipe de Telejornalismo da TV UFMA pensou na melhor forma de abordá-los. Eles não queriam que a relação estabelecida com os personagens fosse superficial. A ideia era conhecer a história de cada um deles, a vivência nas respectivas cidades de origem e os relacionamentos familiares.

“Queríamos mostrar a humanidade de cada um e não resumir aquelas pessoas aos

seus problemas de saúde. E para nossa surpresa, dona Neuta, a primeira paciente em que entramos em contato e que estava recém-transplantada, transbordava de esperança e alegria. Não apenas pela conquista que teve, mas ao se recordar dos dias de viagens para realizar o tratamento de hemodiálise em São Luís. Seu João, residente em Rosário e na fila de espera, também demonstrou serenidade e força na jornada que realiza três vezes por semana para receber atendimento. E o casal seu Gama e dona Sandra, advertiu sobre a importância da doação”, descreveu a jornalista.

A narrativa foi construída para que o telespectador inicialmente conhecesse a situação dos doentes renais crônicos que utilizam o tratamento de hemodiálise e que podem ser encaminhados para a fila do transplante. Além de enfatizar a questão da doação. Em três episódios, os telespectadores receberam informações de forma didática sobre o que é a doença renal crônica, no que consiste o tratamento da hemodiálise, quais os requisitos para entrar a fila do transplantes, quais são procedimentos ambulatoriais e exames necessários



Gravação de entrevista



Operador de áudio na cabine de gravação

para detectar a compatibilidade entre doadores, além de explicações sobre quais os procedimentos para ser doador. “Desde o processo de pesquisa, entrevistas, gravação e finalização do material levamos 11 meses. Tempo que julgamos necessário para deixar o material conciso, mas informativo e educativo”, disse Asmyne Barbossa.

Núcleo de Tradução da TV UFMA

O Núcleo de Tradução Audiovisual (NTAV) surgiu a partir da iniciativa da TV UFMA de firmar parceria com a Televisión América Latina (TAL), rede que transmite produções audiovisuais de países latino-americanos. O objetivo era o de promover o intercâmbio dessas produções latino-americanas com o Brasil bem como possibilitar uma aproximação cultural e linguística entre esses países por meio da troca de conteúdo. Firmada a parceria a TAL passou a enviar produções, originalmente em espanhol, para TV UFMA, onde deveriam ser traduzidas, legendadas e/ou dubladas a fim de serem exibidas pela TV universitária ma-

ranhense. Em seguida foi necessária a composição de uma equipe responsável por esse trabalho de tradução e viabilizar a exibição na rede local, o que levou a criação do NTAV.

De acordo com a coordenadora do NTAV, Lorena Camus-

UFMA por meio do “América TAL e qual”, programa criado pelo NTAV para exibição dos produtos audiovisuais traduzidos. Atualmente o programa já está na sua 3ª temporada e já exibiu séries de países como México, Venezuela e Colômbia.

“Os materiais em espanhol inicialmente são traduzidos, revisados e posteriormente legendados e/ou dublados. Cada etapa depende da outra, assim as atividades devem ser bem executadas para não prejudicar a etapa seguinte. Além de traduzir produtos estrangeiros, o setor também é responsável pela tradução do português para o espanhol de produções da própria TV UFMA a fim de serem veiculadas em outros países”, explica a coordenadora. O NTAV conta com estagiários de cursos variados, dentre eles estudantes de Letras/Espanhol, Jornalismo, Design e Teatro.

Ao todo são 11 pessoas que trabalham com diferentes atividades dentro do núcleo, dentre as quais estão as de transcrição, tradução, correção e revisão.

A Fapema tem proporcionado suporte fundamental para os muitos projetos, de relevância social, que desenvolvemos pela TV UFMA, e que atendem aos propósitos perseguidos por seus editais públicos. Em 2016, a TV UFMA celebrou com a Fundação um convênio importantíssimo, visando à divulgação das políticas, estratégias, programas de capacitação e avanço da pesquisa científica no Maranhão.

so, o núcleo é responsável pela transcrição, tradução, correção, revisão, legendagem e dublagem de produções em língua estrangeira, especificamente em espanhol, que são veiculadas pela TV



Equipe do programa INTERAÇÃO-CIÊNCIA



Ilha de gravação

CONHEÇA NOSSO EDITAL

O **Edital Universal** oferece recursos alocados pelo Governo do Estado do Maranhão, no valor de cinco milhões de reais, para financiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, nas diversas áreas do conhecimento, e podem ser desenvolvidos em instituições de pesquisa e/ou de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Maranhão.



UNIVERSAL

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



A TELEVISÃO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Maristela Sena
Fotos : Divulgação

Melissa Silva Moreira Rabêlo

Mestrado e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Doutorado-sanduiche na Syracuse University, NY/USA. Graduação em Comunicação Social, habilitação Relações Públicas e especialização em Comunicação Organizacional pela UFMA, onde é professora assistente, no Departamento de Comunicação Social, habilitação Relações Públicas. Membro do Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação, ObecC - UFMA - CNpq, como coordenadora de projetos.

A tese de doutorado da professora Melissa Rabêlo, do Departamento de Comunicação Social da UFMA, “**TV PRIVADA DE ACESSO AMPLO X TV PÚBLICA DE ACESSO RESTRITO: desafios contemporâneos da comunicação pública brasileira**” expõe questões inerentes à política de comunicação para a sociedade brasileira. Para a pesquisadora, “uma pesquisa sobre o acesso restrito da TV pública em contraponto com o acesso amplo da TV privada à luz das inovações tecnológicas do setor, é capaz de trazer significativas contribuições no que se refere à problematização de um tema de abrangência nacional, notadamente apontado no horizonte acadêmico”. O trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e orientado pelos professores Salviana de Maria Pastor Santos Sousa e Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto.

A discussão sobre o assunto é antiga, abrange as novas ferramentas de veiculação e consumo de informações, mas sempre traz consigo a questão da democratização do acesso à comunicação. O interesse de Rabêlo pela pesquisa foi provocado pelo “pressuposto que o efetivo exercício da democracia supõe debate público e livre utilização dos meios de comunicação de massa, razão pela qual, em sociedades com demo-

cracia formal consolidada, estes são bens públicos controlados estritamente pelo Estado ou por agências por ele instituídas, a fim de garantir o direito fundamental à comunicação/informação”.

A tese foi elaborada no contexto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, “cujo objeto de investigação são os desafios contemporâneos da comunicação pública brasileira que se materializam na relação estabelecida entre TV privada de acesso amplo e TV pública de acesso restrito, tinha como objetivo geral analisar as condições de acesso à TV pública brasileira, em contraposição à TV privada, em face aos avanços tecnológicos do setor”.

Origem da pesquisa

O ponto de partida para a elaboração do projeto de pesquisa do doutorado foi a série de estudos de Políticas de Comunicação e Economia Política de Comunicação desenvolvidos ainda durante a formulação da sua Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, em 2012,

com o título: **A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO CAMPO PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL: as experiências da TV Cultura e TV Brasil**. “No avanço das pesquisas outras inquietações foram surgindo e acabaram por justificar a continuação dos estudos em políticas de comunicação, mais especificamente sobre televisão pública brasileira, em nível de doutorado”.

Após o mestrado, Rabêlo conseguiu financiamento por meio do **Editais Universais 001/2012 da FAPEMA** e passou a coordenar o grupo de pesquisa chamado ‘TV Privada de Acesso Amplo X TV Pública de Acesso Restrito: Contradições da Política de Comunicação no Brasil’. “Nosso objetivo geral era analisar as condições que propiciaram as contradições existentes na política de comunicação, no que se refere às distribuições de canais públicos de televisão no Brasil, a partir da análise teórica das questões socioeconômicas que envolvem o setor. Para corroborar com as pesquisas e estudos desenvolvidos no âmbito do doutorado e do grupo de pesquisa, foi realizado o Doutorado sanduíche na Syracuse University, na cidade de Syracuse-NY – EUA, de

2013 a 2014, onde contribuimos com as discussões implementando alternativas para a melhoria de acesso aos canais públicos de televisão no Brasil, através das novas possibilidades tecnológicas no campo, trazidas, especialmente, pela TV Digital e plataformas de compartilhamento de conteúdo em vídeos digitais”.

Dialética como metodologia

Rabêlo utilizou como proposta metodológica, a avaliação de políticas públicas como modalidade de pesquisa, método crítico dialético, bem como a análise bibliográfica e de campo, fruto do levantamento dos dados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários. Para o levantamento de informações, foi escolhido como principal procedimento a pesquisa bibliográfica que serviria de base para a análise dos resultados. “Após esta análise, com o intuito de trabalhar melhor o próprio método, optamos pelo desenvolvimento de pesquisa de campo, com abordagem qualitativa dos dados levantados, realizada tanto no Brasil, quanto nos Estados



Novas tecnologias na comunicação mudam a forma do público assistir à programação de TV

Unidos. A inserção do país norte americano, se deu em função da realização do doutorado sanduíche na Syracuse University, NY, no período de agosto de 2013 a maio de 2014. Na oportunidade, em conjunto com a Profa. Dra. Martha Garcia-Murillo, da Hinds Hall – School of Information Studies, desenvolvemos o questionário na língua portuguesa e inglesa, e fizemos a aplicação de 111 questionários no Brasil e 62 nos Estados Unidos em shoppings, igrejas e universidade, além de e-mails e da plataforma digital de envio de questionário e tabulação de resultados chamado SurveyMonkey”, informa.

Rabêlo explica que “o objetivo não era comprovar as teorias, mas fazer uma análise qualitativa sobre a mudança de comportamento dos indivíduos nos dois países, diante das novas tecnologias no campo da comunicação, uma vez que a pesquisa qualitativa se propõe a explorar o espectro de opiniões. Sendo assim, desenvolvemos uma tabela denominada “matriz de questões”, na qual relaciona as características principais de cada teoria com as perguntas, a fim de melhor orientar a tabulação dos dados”.

Retrocesso na política de comunicação pública

Embora tenha constatado que houve o fortalecimento da TV pública nos últimos 20 anos, Rabêlo reconhece que há muitos entraves a serem superados. “A TV pública ainda continua condenada a condições de acesso restrito, uma vez que as relações históricas travadas na perspectiva apresentada anteriormente, da relação do privado no público, do estatal no público e do estatal no privado, garantiram condições, especialmente através do não avanço de uma legislação própria e condi-

zente, de acesso amplo à TV privada”.

A pesquisa apontou avanços do setor, como “a criação da EBC, responsável por gerir a televisão pública brasileira, a TV Brasil, especialmente durante o governo do presidente Lula”. Rabêlo lamenta que, “nos governos subsequentes de Dilma e, mais recentemente, de Michel Temer, não houve nenhum avanço concreto no campo público de comunicação, nem aos que se referem à regulamentação do campo, nem aos relativos à participação da TV pública brasileira na nova confi-

O efetivo exercício da democracia supõe debate público e livre utilização dos meios de comunicação de massa, razão pela qual, em sociedades com democracia formal consolidada, estes são bens públicos controlados estritamente pelo Estado ou por agências por ele instituídas, a fim de garantir o direito fundamental à comunicação/informação.

guração tecnológica através da TV Digital”.

E continua sua crítica embasada na pesquisa. “O que vimos de fato, é o movimento de retrocesso aos avanços conquistados nas últimas décadas, como apontamos no trabalho, através da tentativa de fechamento da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, pelo presidente Temer, no mês de julho de 2016, e por meio da tentativa de afastamento do presidente do conselho da EBC, apesar da flagrante ilegalidade do ato. Essas tentativas, além de representarem prejuízo ao exercício da democracia plena, fere o princípio da complementaridade dos sistemas indicado na Constituição

Federal e afronta o Estado democrático de direito”.

Rabêlo acredita, “que a inserção das novas tecnologias no setor e a tendência de mudança de comportamento dos indivíduos no que se refere às novas formas de assistir televisão, indica possível alternativa de ampliação de acesso à TV pública brasileira, uma vez que a tecnologia digital se apresenta como opção a ser adotada pelos meios de comunicação ao redor do mundo, estando a forma analógica de transmissão de sinal, ultrapassada”.

A professora Melissa Rabêlo avalia esta pesquisa como uma importante contribuição para o ambiente acadêmico-científico, mas também destaca sua função de criar um ambiente de manifestação. Para ela, a tese “tem o intuito de servir de instrumento de denúncia, no qual pretende contribuir de forma factual às indicações de retrocesso e perda de direitos já conquistados e fundamentais para o exercício da democracia, o âmbito da comunicação pública brasileira e, assim, evitar o fortalecimento e manutenção de acesso amplo a uma única forma de assistir televisão, a privada ou comercial. Os meios de comunicação de massa são hoje na sociedade, instrumento essencial da esfera pública para construção hegemônica e, paradoxalmente, para determinação do espaço democrático, o que torna fundamental a discussão sobre o sistema público de comunicação no Brasil, uma vez que implica, antes de tudo, no reconhecimento da multiplicidade de posicionamentos críticos e teóricos necessários e pertinentes à instituição democrática desse país”, alerta.



UEMASUL



**Universidade Estadual da
Região Tocantina do Maranhão**

[WWW UEMASUL EDU BR](http://WWW.UEMASUL.EDU.BR)
[UEMASUL@UEMASUL EDU BR](mailto:UEMASUL@UEMASUL.EDU.BR)





MERCADORAS RABIDANTES DE CABO VERDE

Leandro Alves
Fotos: Divulgação

Tatiana Raquel Reis Silva

Historiadora formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestra e doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (Posafro/UFBA). Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e vinculada ao Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas (Ppghen/UEMA). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre África e o Sul Global (NeÁfrica).

A professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Tatiana Raquel Reis Silva, é autora da tese de doutorado “**A arte de comerciar: gênero, identidades e emancipação feminina no comércio transatlântico das rabidantes em Cabo-Verdianas**”, desenvolvida no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

A pesquisa buscou analisar as práticas e formas comerciais das rabidantes, bem como, rotina e estratégias de lucratividade. “Ao longo de toda a minha formação acadêmica tenho discutido temas voltados para as mulheres, relações de gênero, sexualidade e violência. Durante o mestrado fui para uma pós-graduação com foco nos estudos africanos, o que sem dúvida foi de grande importância para que eu pudesse me voltar para este campo. No doutorado queria muito continuar discutindo mulheres, mas em algum país de África. Assim, fiz o levantamento de organizações com enfoque nas questões de gênero e temas afins, ao longo das leituras descobri o intenso comércio realizado pelas rabidantes cabo-verdianas no Brasil. Este contexto, até desconhecido, me motivou a elaborar o projeto e melhor compreender essas relações nos dois lados do Atlântico, bem como as experiências de vida dessas mulheres”, explica.



Tatiana enfatiza a importância de se atentar para a existência de uma relação histórica entre Cabo Verde e Maranhão. Ao longo das dinâmicas do tráfico transatlântico, as rotas do comércio escravista ligavam a antiga região da Senegâmbia, na costa ocidental africana, às áreas onde atualmente situam os estados do Pará e Maranhão. Naquela conjuntura, as ilhas de Cabo Verde constituíam um importante entreposto comercial, e serviam como ponto de passagem para os navios que seguiam para o Brasil. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada na segunda metade do século XVIII, teve um impacto significativo sobre o país, e a Cidade Velha, então conhecida como Ribeira Grande, ocupou lugar de importância no vai e vem das embarcações que cruzavam o Atlântico entre o Brasil e Cabo Verde.

Dar a volta no mundo

A realidade comercial de Cabo Verde (país africano

localizado em um arquipélago no oceano Atlântico, na costa ocidental africana) constitui-se atualmente, a partir de feiras e mercados localizados em ruas. Essa atividade é desenvolvida por rabidantes que, em crioulo cabo-verdiano (língua cabo-verdiana), significa “dar a volta”, “desenroscar-se”. É utilizado para designar pessoas que têm o dom de convencer o outro. A rabidancia é uma atividade também praticada por homens, embora, majoritariamente, ser mais comum às mulheres. Por isso, esse mesmo termo, é utilizado para designar mulheres que atuam no comércio. Em um linguajar típico do Brasil, as rabidantes seriam, para nós, as sacoleiras. A rabidancia também é muito comum em vários países do continente africano, entretanto recebem diferentes denominações, como é o caso das zungueiras e quitadeiras angolanas.

O Mercado de Sucupira, mais conhecido como Sucupira, localiza-se na Praia, capital de Cabo Verde. O arquipélago africano leva este nome em homenagem à novela bra-

sileira “O Bem Amado”, exibida por um tempo no país. Foi inaugurado em maio de 1991, quando a Câmara Municipal exigiu que os comerciantes do Mercado da Praia fossem remanejados para outro lugar na tentativa de se regulamentar o comércio informal. A mudança provocou certa resistência, e de forma efêmera, entre os vendedores, constituindo assim, o que se conhece hoje como o maior camelódromo da cidade.

As rabidantes têm grande importância para a economia no país. Elas comercializam uma infinidade de mercadorias, que vão desde alimentos a roupas. Suas estratégias de vendas são feitas de uma forma dinâmica e diferente. As cabo-verdianas cruzam o Atlântico para comercializar os seus produtos, ou seja, não só deslocam-se entre os estados da África, como também para outros países, tais como Estados Unidos, Portugal, Holanda e, principalmente, Brasil. As cidades de Fortaleza e São Paulo são os principais destinos quando o assunto é comprar, pois, além de ter um preço mais



Rabidante em barraca no interior do Mercado de Sucupira

acessível, também é palco de uma intensa movimentação dessas comerciantes.

As rabidantes também viajam para adquirir produtos, como bijuterias e lingerie e revender em outros lugares. Dessa forma, elas conseguem vender boa parte da mercadoria e suprem grande parte das necessidades da população local. Os produtos brasileiros, denominados “modinha popular” são os mais procurados por essas mulheres. As novelas também são outro fator de influência para esse povo, a começar pelo nome do mercado em Cabo Verde, como já citado.

Pós-doutorado segue a realidade africana

Tatiana Reis continua realizando pesquisas em Cabo Verde. Atualmente, ela faz estágio do pós-doutorado com o propósito de analisar as dinâmicas internas de comercialização, bem como o comércio desenvolvido com os demais países africanos, particularmente, o Senegal. Entretanto, o foco não é apenas este. No que se refere ao Mercado de Sucupira, é possível observar a composição de cada estabelecimento, desde pequenos boxes a lojas bem estruturadas, que expõem o seu produto para a venda. Há também barracas de frutas, verduras, carnes e peixes. Além de ofertas de serviços de embelezamento como manicure e cabeleireiro.

A metodologia utilizada na análise do estudo do doutorado demandou muitas pesquisas bibliográficas, seguidas de visitas in loco, oportunidade que a pesquisadora teve de se inserir no ambiente e vivenciar a realidade das rabidantes. “A pesqui-

sa partiu primeiramente de um levantamento de documentos e bibliografias sobre as relações comerciais entre Brasil e Cabo Verde, e também as questões de gênero e movimentos de mulheres, intencionava analisar como historicamente esses temas eram percebidos no país. Arelado a isso realizei uma verdadeira incursão no campo da pesquisa. Assim, fiz todo um levantamento de dados e realização de entrevistas em Cabo Verde, no sentido de acompanhar e compreender o cotidiano das rabidantes”, explica.

A razão dessa prática comercial ser muito popular entre as mulheres é em virtude da emancipação econômica que a mesma lhes proporciona, no caso, renda e emprego. Mesmo assim, as rabidantes continuam tendo uma dupla jornada de trabalho, no que se refere ao cuidado com a casa, a família e os filhos. “No caso de mães solteiras, o trabalho é mais pesado, pois não têm como dividir as despesas e o papel maternal. Bem como a necessidade de “deixar” seus filhos por um determinado tempo e encarar o desafio de cruzar o oceano, em busca de mercadorias baratas”.

Outro fator muito presente na realidade das “rabidantes” é a disparidade no que se refere a salário. A emancipação econômica das mulheres de Cabo Verde não diminuiu a desigualdade entre os gêneros. A pesquisadora Tatiana encontrou esse depoimento em alguns grupos de mulheres analisados por ela. “Grande parte delas são mães solteiras, chefes de família, com baixa escolaridade e com uma grande preocupação com os filhos. Todas as mulheres que entrevistei ressaltaram a necessidade de garantir a educação dos filhos, para que eles possam ter um futuro melhor, em geral, uma vida diferente daquela por

elas vivenciada. São mulheres de luta, de um cotidiano marcado pela luta”, relata.

Em Cabo Verde, assim como no Brasil, é bastante expressivo o número de famílias monoparentais, em que a mulher é responsável pelo sustento da família. “Pude perceber que, de fato, é possível obter uma independência financeira. Mas no caso daquelas que são casadas, e que na maioria das vezes recebem uma remuneração maior do que a dos maridos, os papéis de gênero continuam muito bem postos. A emancipação econômica não conseguiu reverter as desigualdades de gênero. Algumas mudanças estão em curso, e para isso é preciso que ocorra uma maior percepção quanto ao lugar que elas ocupam na sociedade, bem como a implementação de políticas públicas que possam garantir uma maior qualidade de vida a essas mulheres”, avalia.

Ao falar sobre aos benefícios obtidos com a realização deste estudo, Tatiana Reis, mostra a importância de discutir e destacar a importância das rabidantes no país, assim como, denunciar sua exclusão gradual dos benefícios sociais. “Nos últimos anos, tem se tornado frequente em Cabo Verde, os debates sobre a necessidade de implementação de políticas públicas com foco nas questões de gênero. Tem sido discutido uma proposta de regulamentação da rabidancia, de forma que essas mulheres tenham direito a alguns benefícios sociais, como a aposentadoria, por exemplo”, informa.



UM PRATO FUNDO PRA TODA FOME QUE HÁ NO MUNDO

Maristela Sena
Fotos: Divulgação

José de Ribamar Sá Silva

Pós-doutorado na Middlesex University, em Londres. Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado em Economia Rural, pela Universidade Federal da Paraíba, atual UF de Campina Grande. Graduação em Ciências Econômicas pela UFMA. Professor Associado do Departamento de Economia da UFMA, professor do quadro permanente e pesquisador nos programas de pós-graduação PPG Políticas Públicas e PPG Desenvolvimento Socioeconômico. Principais áreas de atuação e pesquisa: formação socioeconômica do Brasil; desenvolvimento socioeconômico; economia agrária e dos recursos naturais; políticas públicas para o campo; assentamentos da reforma agrária; agricultura familiar; soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. Autor do livro "Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão", além de capítulos de livro e artigos em periódicos e em anais de eventos publicados no Brasil, Argentina, Bolívia, Canadá, Costa Rica, Grécia, Moçambique, Peru, Portugal e Uruguai.

Após mais de uma década de estudos voltados às temáticas 'soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional' circunscritos ao Maranhão, o professor do Departamento de Economia da UFMA, José de Ribamar Sá Silva, estendeu o interesse para países da África. Em pesquisa de pós-doutorado intitulada O Programa de Aquisição de Alimentos na África e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, desenvolvida na MIDDLESEX UNIVERSITY, MDX, Grã-Bretanha, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), construiu uma análise da implantação de um programa de cooperação internacional denominado PAA Africa (Purchase from Africans for Africa) que tem o propósito de combater a fome e viabilizar estratégias de segurança alimentar na Etiópia, no Malauí, em Moçambique, no Níger e no Senegal, tendo como contexto geral as ações de cooperação humanitária. O Brasil participa deste programa em parceria com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID – Department for International Development) do Reino Unido, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations), o Programa Mundial de Alimentos (WFP – World Food Programme) e governos locais.



O programa africano tem influência direta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que criado em 2003, tornou-se um dos instrumentos essenciais para o êxito das políticas públicas direcionadas para garantir segurança alimentar e nutricional à população brasileira. “Em 2010, o presidente Lula da Silva propôs uma parceria internacional em que as estratégias de políticas públicas exitosas no Brasil pudessem ser compartilhadas com países do continente africano, fortalecendo a produção de alimentos e reunindo mecanismos capazes de direcionar esforços para garantir segurança alimentar das populações. Assim, nasceu o PAA-Africa (Purchase from Africans for Africa), mantendo-se a sigla PAA de forma simbólica e em clara referência à inspiração no programa brasileiro”.

Condicionantes da investigação

A metodologia usada na pesquisa exigiu inicialmente “a compreensão de que, por um lado,

a experiência cotidiana possível através de nossos sentidos nos permite apenas o contato com os aspectos aparentes da realidade e, por outro lado, o acesso aos aspectos propriamente objetivos e explicativos dos fenômenos só é possível através de esforço sistemático de investigação”, relata Silva.

Como consequência, Silva reconheceu que, “o objeto de pesquisa insere-se numa totalidade maior e que, por isso mesmo, os aspectos que são apreendidos na pesquisa devem ser considerando, ao mesmo tempo, em sua dimensão particular e em suas vinculações com os demais aspectos da realidade”.

A partir da investigação do PAA Africa foi possível para o pesquisador a compreensão de nexos do tema “não somente com os demais aspectos do próprio programa enquanto ação pública em prol da segurança alimentar, mas também com os condicionantes gerais da questão alimentar no mundo atual, tanto no que se refere aos interesses privados envolvidos, quanto no que diz respeito aos

potenciais efeitos dos processos de produção de alimentos sobre, por exemplo, o meio ambiente”.

A investigação utilizou o levantamento de dados bibliográficos sobre o objeto e temas afins. Foram consultadas fontes diretamente relacionadas ao objeto, especialmente FAO, WFP, DFID e Itamaraty. Finalmente, foram realizadas as pesquisas de campo com visitas e entrevistas na Etiópia e em Moçambique.

Resultados e benefícios

Na avaliação do professor Silva, a pesquisa aponta que “a implementação do PAA Africa indica bons caminhos no campo da cooperação humanitária que poderão ser seguidos pelos países do hemisfério sul, sobretudo aqueles que se encontram sob as condições que caracterizam o que até pouco tempo atrás se costumava chamar de Terceiro Mundo”.

Ele cita como exemplo, “o caso de Moçambique, onde o avan-



Apesar dos projetos internacionais de cooperação para a produção de alimentos, a insegurança alimentar é uma realidade vivenciada por crianças africanas



ço das atividades do agronegócio, através do ProSavana, ao mesmo tempo em que pode representar geração de divisas internacionais para as contas do país, certamente representará uma opção muito prejudicial para o futuro da produção de alimentos dos pequenos agricultores. O estímulo que o PAA poderá trazer para o fortalecimento das comunidades envolvidas e, sobretudo, por sua articulação com o fornecimento de alimentação escolar, certamente possui um significado cuja dimensão talvez seja melhor percebido num futuro próximo”.

O abastecimento das escolas favorece a Etiópia de forma especial devido à situação em que se encontram “4,6 milhões de crianças em idade escolar na Etiópia vivem em áreas atingidas pela insegurança alimentar crônica e que, conseqüentemente, frequentam a escola com fome” (PAA AFRICA, 2014). “No entanto, talvez a dimensão mais marcante desse processo seja aquela que foi destacada por um representante local da FAO, segundo a qual, na interação da produção de alimentos com os consumidores na escola, aflora a autoestima das pessoas envolvidas: os pais ficam felizes por estar contribuindo para que seus filhos tenham alimento saudável na escola e as crianças, orgulhosas por saber que aquele alimento é produzido por seus próprios pais”, informa Silva.

Para o pesquisador, a apresentação e divulgação, além do debate da pesquisa em diversos eventos no Brasil e no exterior, “tem contribuído para que se modifique, em certa medida, o olhar estereotipado sobre o continente africano e se possa avançar para uma percepção mais realista e positiva a respeito de suas potencialidades e de sua condição histórica atual”.

A pesquisa como causa

Quando questionado sobre como surgiu a oportunidade de desenvolver este estudo, o professor Silva fala de sua existência e conta uma história de cumplicidade. “A opção de fazer desse tema o objeto de minha pesquisa de pós-doutorado foi quase que um imperativo em minha trajetória de pesquisador negro, de origem rural e vinculado a uma universidade pública, periférica, em relação aos circuitos acadêmicos dominantes no país, e que se situa em um estado cuja população negra é maioria em termos numéricos”.

O compromisso com sua origem é reconhecido ao longo da trajetória acadêmica. A graduação em economia na UFMA o levou a estudar o tema acesso aos alimentos “enquanto uma questão social”. “Fiz um estudo de iniciação científica sobre os conflitos na criação extensiva de búfalos

na Baixada Maranhense e suas implicações para a sobrevivência da população humana das áreas rurais da região. No mestrado em Economia Rural, estudei a expansão dos assentamentos de reforma agrária para produção de alimentos, enquanto uma resposta popular à apropriação da terra no vale do rio Pindaré por grandes grupos empresariais, que foram incentivados pela política de desenvolvimento do governo do Maranhão na década de 1970, e que estavam interessados, principalmente, nos incentivos fiscais da Sudene e da Sudam”, conta.

Ainda com o foco na realidade do Maranhão, na tese de doutorado em Políticas Públicas, o professor Silva quis “chamar atenção para o fato de que a disponibilidade de alimentos necessária para a segurança alimentar de uma sociedade não pode depender da lógica de livre mercado e defendi que os assentamentos de reforma agrária constituem o lugar ideal para o fortalecimento da produção de alimentos com base na agricultura familiar. Essa compreensão geral foi reafirmada pelo sucesso das estratégias de combate à fome e à pobreza do governo federal durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores, uma vez que o presidente Lula da Silva tomou a decisão colocar o combate à fome e à pobreza como uma tarefa central de seu governo”, diz.

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA



JUVENTUDE COM CIÊNCIA

Os projetos tem como objetivo principal contribuir para a formação de estudantes vinculados às instituições de ensino da rede pública do estado, por meio da mobilidade acadêmica, para o desenvolvimento de projetos de caráter extensionista que contribuam para melhoria dos indicadores sociais do Maranhão.

Acesse o site
www.fapema.br

FAPEMA SEEJUV SEDIHPOP SECTI



Leandro Alves
Fotos: Divulgação



GÁS, FUMAÇA E ZOADA: LAUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE IMPACTOS DAS USINAS TERMOELÉTRICAS DO COMPLEXO PARNAÍBA PARA POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Maristela de Paula Andrade

Edital Fapema Nº 21/2015 - APUB LIVROS (PESQUISA)

ABA PUBLICAÇÕES e EDUFMA

258 páginas

O livro é um laudo antropológico, resultado da realização de uma perícia demandada pelo Ministério Público Federal, sob indicação da Associação Brasileira de Antropologia. O trabalho inaugurará uma coleção de textos do gênero, realizados por antropólogos. Os laudos são peças que integrarão processos judiciais, nos quais o perito busca responder ao operador do Direito as questões por ele formuladas. O livro trata, portanto, dos danos ambientais, sociais, culturais, sofridos por famílias de quebradeiras de coco e de lavradores, sobretudo do povoado Demanda, em Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte, mas não apenas dessa localidade, a partir da instalação do Complexo Parnaíba. Para realizar a perícia a autora e sua equipe entrevistaram centenas de pessoas, indo casa a casa do povoado Demanda e visitando várias outras, de distintas localidades, no entorno do empreendimento. Embora não trate desse tema, o livro permite levantar questões relacionadas ao uso social da ciência e do papel dos intelectuais quando colocam seu conhecimento a serviço de instâncias do judiciário que, por sua vez, têm como função proteger o meio ambiente e as minorias sociais.

Como surgiu a necessidade de se analisar os impactos das usinas termoeletricas do complexo Parnaíba?

A pesquisa foi solicitada pelo Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República no Maranhão, Dr. Alexandre Silva Soares, a partir de minha indicação pela Associação Brasileira de Antropologia. A ABA mantém um acordo com a Procuradoria da República (6ª. Câmara, em Brasília) em que se compromete a indicar antropólogos para elaborarem laudos antropológicos, dentre seus associados, conforme a temática trabalhada por eles e sua experiência. Assim, me foi solicitada a realização de uma perícia antropológica que resultou num texto, chamado laudo antropológico, que por sua vez foi incorporado a um inquérito civil público e, depois, a uma ação civil pública, assinada pelo Procurador da República, Dr. Alexandre Soares e também pelo Promotor de Justiça da Capital, Dr. Haroldo Paiva. O que esses operadores da justiça queriam saber era se havia populações tradicionais impactadas pelo Complexo Parnaíba, conjunto de termoeletricas movidas a gás natural na região de Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte, no Maranhão. A perícia responde a quesitos formulados pelos autores da ação, todos relativos aos prejuízos e danos causados a famílias de quebradeiras de coco, e a responsabilidade da SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão, que licenciou o empreendimento. O objetivo da perícia, realizada por meio de pesquisa que implicou em trabalho de campo antropológico, por mim e minha equipe de assistentes, foi estudar os danos ambientais e sociais que afetaram famílias de quebradeiras de

coco em Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte, sobretudo aquelas da comunidade chamada Demanda, nesses municípios (o povoado ficava parte em um município e parte em outro).

Quais os impactos causados às famílias de quebradeiras de coco pela instalação de um complexo de produção de energia elétrica a partir de gás natural?

O estudo realizado durante as atividades de perícia ocorreu em 2014, quando realizamos 126 entrevistas gravadas e várias etapas de trabalho de campo na Comunidade Demanda. O laudo foi entregue em 2015 e as famílias reassentadas em 2016. O estudo já foi concluído, portanto. Os impactos foram muitos, e de várias ordens: foi suprimido o palmeiral de onde as mulheres retiravam seu sustento, quebrando coco. Este, embora de propriedade privada, lhes era aberto para que extraíssem o babaçu livremente. Os homens, seus maridos, prestavam serviços como diaristas ao mesmo fazendeiro proprietário do palmeiral. Este palmeiral foi vendido à empresa MPX (Eike Batista), que atualmente atende pelo nome de fantasia ENEVA e está em mãos de um grupo alemão E.ON. As famílias permaneceram três anos sofrendo os ruídos das turbinas, o odor do gás e a poluição do ar. As águas potáveis foram contaminadas pela empresa e as famílias se viram sem condições de trabalhar e viver no local, exigindo ser remanejadas para nova área. O reassentamento das famílias tardou muito e novas unidades domésticas se formaram. A empresa terminou, após as audiências de conciliação na Justiça Federal, remanejando as sessenta e poucas famílias,

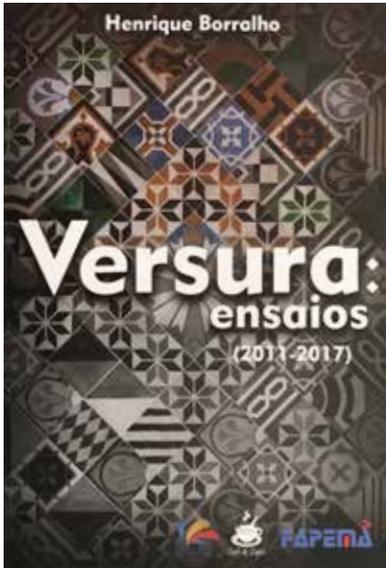
porém se recusa a contemplar os novos casais formados durante o período em que atrasou o reassentamento. O caso segue na Justiça Estadual, pois a juíza que julgou a ação, decidiu que não era da competência da Justiça Federal. A indenização por todos os danos sofridos, assim, não foi paga até os dias de hoje. O Procurador da República recorreu à instância superior, mas não há ainda resultados.

Quais os benefícios serão obtidos com a realização deste estudo?

O Procurador da República encomendou o estudo para ser melhor esclarecido, por um perito (no caso, a antropóloga), acerca dos danos sociais sofridos por comunidades tradicionais. Infelizmente, quando a ação foi julgada pela Justiça Federal, a juíza (uma tributarista, portanto não especializada na matéria) decidiu que não era competência da JF e sim da Justiça Estadual, já que envolvia a SEMA. O processo foi enviado para Santo Antonio dos Lopes, onde se encontra. De fato, apesar disso, sem a ação, talvez a empresa não tivesse remanejado as famílias até hoje, já que protelou mais de três anos fazê-lo.

Qual a importância do apoio da Fapema nesse projeto?

O apoio da Fapema tem sido fundamental para nós pesquisadores e professores de universidades públicas do Maranhão, sobretudo na atual conjuntura, em que as agências de fomento federais estão retrocedendo nas políticas de incentivo à produção científica. Sem o apoio da Fapema não estaríamos pesquisando e tampouco divulgando nossa produção.



VERSURA: ENSAIOS (2011 - 2017)

José Henrique de Paula Borralho
Edital Fapema N° 021/2016 – APUB LIVROS (LITERATURA)
Editora UEMA e Café com Lápis
252 páginas

A obra “Versura: ensaios (2011-2017)” é uma coletânea de textos, fruto de reflexão sobre diversificadas áreas e tipos de conhecimentos, historicamente existentes, assim como de fatos e vivências experienciados nos caminhos da vida e apresentados de maneira clara, leve, distraída e sintética. O autor, Henrique Borralho, escreve reflexiva e criticamente sobre muitos temas. O que ressalta a obra, essencialmente, nesses escritos é a tentativa de relevar três importantes aspectos: que a literatura está intimamente ligada com outros saberes e experiências vividas; que a literatura expressa de modo conotativo, estético, figurativo e sentimental sobre o que é científico, filosófico, histórico, entre outros. E por último, que a literatura e outras dimensões da vida são facetas do mesmo Ser, imbricadas entre si, diferentes e do mesmo modo umas. Em outras palavras, pode se dizer que na transfiguração dos textos do ensaio, a realidade é multifacetada e que suas faces são manifestações da universalidade diferenciada. Esses escritos não são frutos meramente de observações à distância, mas de meditações intensamente existenciais. Não são frutos de palavras mortas, análises rebuscadas, frias e distanciadas da realidade. Na verdade, essas composições são a vida transformada em texto.

JANELAS DO TEMPO

Sanatiel de Jesus Pereira
Edital Fapema N° 02/2014 – APUB LIVROS (Literatura)
EDUFMA
174 páginas



A obra tem como substrato 40 crônicas que tratam de temas ligados ao homem maranhense, à sociedade em que está infuso e das condições do ambiente que lhe rodeia. A maior parte da obra tenta levar ao público temas relevantes em que análises possam ser desencadeadas no sentido de preservar o patrimônio cultural e as tradições maranhenses. As crônicas estão escritas de forma a construir um tema sem perder de vista o cunho lúdico e divertido que toda escrita deve ter, facilitando a leitura e divertindo aquele que lê. Dessa forma, o leitor, de qualquer idade, aproveita o conteúdo do texto para discutir algo que lhe diz respeito, participando de modo ativo na construção de um ambiente sadio dentro da sociedade. O apoio à publicação deste tipo de obra literária facilita e consolida um estilo na Literatura Maranhense, assim como permite o aparecimento de novos talentos.



UM ESPECTRO RONDA A ILHA: O COMUNISMO NA IMPRENSA DE SÃO LUÍS (1935-1937)

Ariel Tavares Pereira
Edital Fapema N° 21/2015 – APUB Livros
Editora OIKOS LTDA
198 páginas

O leitor encontrará neste livro um amplo leque de características que são ativadas estrategicamente com o intuito de produzir a “indignidade” social e/ou política dos fatores alvejados (e intencionalmente injuriados) com a classificação de comunista (a). No trabalho de interpretação desses discursos, a escolha do autor, que parece ser acertada, não foi julgar a pertinência do uso da categoria ou coerência do seu emprego, mas desvelar princípios de classificação subjacentes aos “boatos” e “imagens” propagados. Desse modo, na crítica ao “comunismo”, justificada em nome da “noção”, da “democracia”, da “ordem”, da “paz”, da “fé”, etc., ocultavam-se sutis (e até mesmo inconscientes) mecanismos de defesas de lugares de poder monopolizados por determinadas “elites”, hábeis em manter administrados processos de seleção social, moral e política, cujos critérios de exigência contemplavam a poucos.



Fotos: Divulgação



A COLABORAÇÃO BRASILEIRA NO COMBATE À FOME

José de Ribamar Sá Silva

Pós-doutorado na Middlesex University, em Londres. Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado em Economia Rural, pela Universidade Federal da Paraíba, atual UF de Campina Grande. Graduação em Ciências Econômicas pela UFMA. Professor Associado do Departamento de Economia da UFMA, professor e pesquisador nos programas de pós-graduação PPG Políticas Públicas e PPG Desenvolvimento Socioeconômico.

O objetivo geral da minha pesquisa de pós-doutorado intitulada O Programa de Aquisição de Alimentos na África e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, desenvolvida na MIDDLESEX UNIVERSITY, MDX, Grã-Bretanha, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consistiu em analisar a implantação de um programa de cooperação internacional denominado PAA Africa, através do qual o Brasil, em parceria com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID – Department for International Development) do Reino Unido, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations), o Programa Mundial de Alimentos (WFP – World Food Programme) e governos locais, buscou colaborar no combate à fome e na construção de segurança alimentar na Etiópia, no Malawi, em Moçambique, no Níger e no Senegal, tendo como contexto geral as ações de cooperação humanitária.

Através dessa pesquisa pode-se, por um lado, evidenciar o contrassenso que é a ocorrência

de situações de fome generalizada, enquanto um elemento estrutural das sociedades, considerando-se que o momento histórico em que vivemos dispõe de uma capacidade de produção de alimentos altamente desenvolvida. Destaca-se que essa realidade, que é mundial, requer um esforço de enfrentamento também em escala global. Não a situação significaria o risco de se comprometer o potencial propriamente humano de nossa espécie, uma vez que, sem a satisfação das necessidades básicas, o homem permaneceria orientado predominantemente por seus instintos de sobrevivência.

Por outro lado, observa-se que o início do século XXI tem propiciado o surgimento de novos arranjos de poder e formas de governança global, na medida em que vão se concretizando iniciativas de cooperação Sul-Sul, no âmbito da atuação de um grupo de países que se convencionou denominar pela sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e em alternativa à tradicional cooperação Norte-Sul.

Nesse contexto, e com base nos avanços no combate à fome internamente propiciaram ao Brasil, é que vinha se direcionando da diplomacia brasileira, desde o início do século atual, no sentido de assumir um papel efetivo na cooperação Sul-Sul, especialmente com países do continente africano, partilhando conhecimentos e tecnologias, com proposições de políticas públicas para impulsionar a produção de alimentos na agricultura familiar e incentivo à organização dos agricultores. Temos que ter em conta o fato de que a África, neste momento, é o continente onde há um lento progresso para a consecução das metas internacionais de combate à fome e à pobreza, com a assim chamada região subsaariana ficando para trás em relação às tendências globais, conforme avaliação da FAO.

Nos países onde estão sendo desenvolvidos os projetos do PAA Africa, é possível destacar o significado dessa iniciativa sobre as respectivas estruturas de produção de alimentos, as quais haviam sido fortemen-

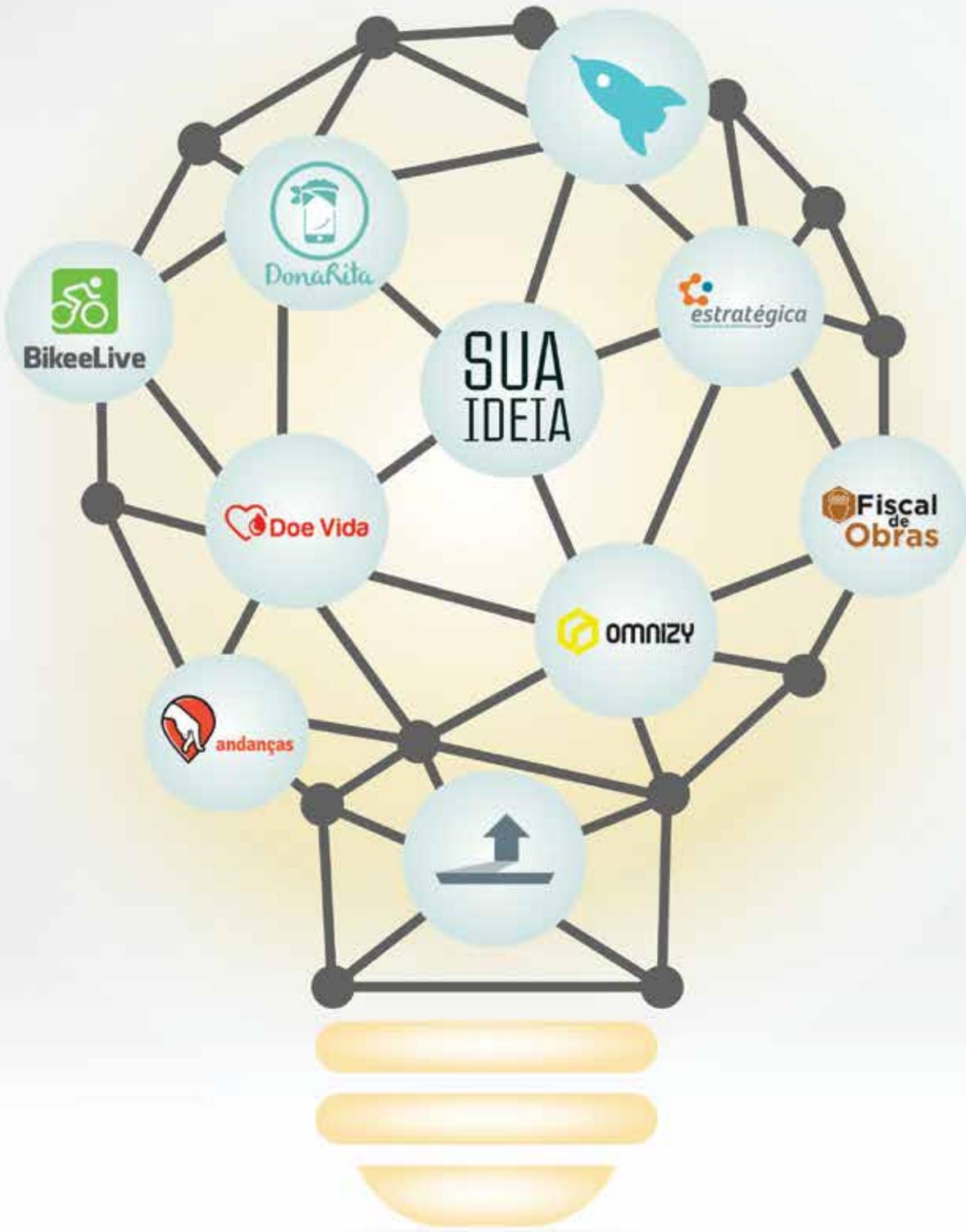
te afetadas, tanto pelo recente passado colonial quanto pela chamada ajuda alimentar que o resto do mundo, na sequência, passou a operar através dos organismos multilaterais. No primeiro aspecto, os longos anos de dominação colonial contribuíram para o direcionamento das economias locais para os interesses dos colonizadores e, no segundo aspecto, para a operacionalização da “ajuda alimentar”, agregam-se interesses em torno das estruturas de distribuição que, de forma indireta, são contrários ao fortalecimento da produção local de alimentos destinados ao abastecimento interno.

A pesquisa tem sido apresentada em diversos eventos no Brasil e no exterior e seu debate tem contribuído para que se modifique, em certa medida, o olhar estereotipado sobre o continente africano e se possa avançar para uma percepção mais realista e positiva a respeito de sua condição histórica atual e sobre suas potencialidades, nos diversos aspectos.



Brasil colabora com conhecimento e tecnologia para impulsionar a produção de alimentos em países africanos

MAIS INOVAÇÃO



EDITAL

START UPS

Apoiar projetos voltados para a criação de soluções de base tecnológica com potencial de escalabilidade e replicabilidade por parte de empresas emergentes (doravante denominadas startups), que busquem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Maranhão por meio da aplicação da inovação.

Acesse o site www.fapema.br

FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS





PRÊMIO FAPENMA 2017

FAPENMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

